

Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista

DOUGLAS ALVES DOS SANTOS

**“AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE DIADEMA: EM ANÁLISE O TRABALHO DO NÚCLEO
SOCIAL”**

SANTOS
2015

DOUGLAS ALVES DOS SANTOS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**“AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE DIADEMA: EM ANÁLISE O TRABALHO DO NÚCLEO
SOCIAL”**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Luzia Fátima Baierl e coorientação da Profa. Dra. Maria Norma de Oliveira Braz

SANTOS
2015

S237m

Santos, Douglas Alves, 1984-

As manifestações da Questão Social nas escolas municipais de Diadema: em análise o trabalho do Núcleo Social. / Douglas Alves dos Santos; Orientador: Profa. Dra. Luzia de Fátima Baierl; Coorientador: Profa. Dra. Maria Norma de Oliveira Braz. – Santos, 2015.

68 f. : il. color.; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2015.

1. Serviço Social. 2. Política de Educação. 3. Questão Social. I. Baierl, Luzia de Fátima, Orientador ; Braz, Maria Norma de Oliveira, Coorientador. II. Título.

CDD 361.3

DOUGLAS ALVES DOS SANTOS

**AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
DIADEMA: EM ANÁLISE O TRABALHO DO NÚCLEO SOCIAL**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Luzia Fátima Baierl e coorientação da Profa. Dra. Maria Norma de Oliveira Braz

Aprovação em: ____/____/____

EXAMINADORES:

Profa. Dra.: Luzia de Fátima Baierl
Universidade Federal de São Paulo

Assistente Social: Deusolita Ferreira da Silva
Instituição: Prefeitura Municipal de Diadema

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Rosangela e Paulo (*In memoriam*), exemplos, como tantos outros, de perseverança e luta.

À Anardina - vó Nina (*In memoriam*), guerreira e exemplo de vida. Saudades.

Ao meu irmão Danilo, amigo e companheiro em todos os momentos.

À Andréia, pelo carinho e compreensão nas minhas escolhas.

À minha família que são laços de solidariedade e cumplicidade nos vários momentos da vida.

À Luzia e Norma Braz, exemplos de garra e esperança.

Vocês são as minhas asas (que me permite ir mais alto) e meu chão (pra que eu não me esqueça das minhas origens).

AGRADECIMENTOS

A Deus. Essa força misteriosa que nos ilumina.

A vida é construção e reconstrução, todas as pessoas que faziam parte da minha vida e aqueles que encontrei nessa caminhada, participaram direta ou indiretamente das escolhas e momentos de alegrias e tristezas. Muitas vezes foram compreensivas, pacientes, amigas, companheiras, incentivando e dando-me apoio que eu tanto necessitava. Alguns serão citados, outros tantos não, dada a impossibilidade de descrevê-los aqui, estarão sempre guardados em meu coração.

À minha família, pelo amor, cuidado e paciência que tiveram comigo neste período.

À Rosangela, Danilo e Andréia, que mesmo em meio às dificuldades pude sempre achar neles um porto seguro.

À vocês da Faculdade paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul – FAPSS-SCS (onde iniciei minha formação) e da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (onde após muito trabalho e dedicação finalizo essa etapa importante da vida).

Agradeço aos amigos da formação acadêmica pelos estudos e trabalhos que realizamos, pelas conversas, risadas e a construção de uma amizade que em muito me ajudou e me incentivou. E também aos amigos que me distanciei devido a falta de tempo, mas que sempre estiveram presentes.

Agradeço também aos professores comprometidos com a profissão e não conseguiria alcançá-las sem a presença e incentivo de vocês.

Às queridas professoras e amigas Luzia e Norma Braz, orientadoras desse trabalho, agradeço pela paciência e momentos que estivemos juntos, por compartilhar conhecimento e motivar em mim um pensamento mais crítico-reflexivo.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos (NUVIPS), pelos laços de amizades e cumplicidades.

À equipe do Núcleo Social, da Secretaria de Educação de Diadema, pela oportunidade de estarmos juntos nas discussões, reflexões e no meu exercício da prática profissional. Aos meus supervisores de estágio, Cesar e Deusolita, agradeço pela oportunidade de construirmos juntos esse momento da minha vida profissional.

Agradeço a cada um de vocês e muitos daqueles esquecidos aqui.

RESUMO

O presente Trabalho faz parte de questionamentos e reflexões realizadas no campo de estágio no Núcleo Social, na Secretaria de Educação de Diadema, no Estado de São Paulo. Seu objetivo é conhecer como é realizado o trabalho da equipe do Núcleo Social na Secretaria de Educação de Diadema. Partindo do pressuposto de que a escola – vista na perspectiva da totalidade – constitui-se como espaço de contradições, supõe-se que também seja um espaço de possibilidades para a viabilização de ações interventivas, na direção do fortalecimento da democracia e da cidadania. Nesta perspectiva, para análise do objetivo proposto, o caminho metodológico escolhido foi a pesquisa documental através de levantamento de dados nos prontuários do Núcleo Social. Este estudo permitiu compreender e identificar como o trabalho no Núcleo Social atua no enfrentamento das manifestações da questão social nas escolas municipais de Diadema.

Palavras- Chave: Serviço Social, Política de Educação, Questão Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Mapa da Região Metropolitana do Grande ABCDMRR	38
Figura nº 2 - Organograma da Secretaria de Educação do município de Diadema. .	44
Figura nº 3 - Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação	48
Figura nº 4 - Referências Técnicas para atuação de Psicólogas (os) na Educação Básica	48

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1 - Distribuição da população no município de Diadema por sexo e faixa etária	39
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – População residente no município de Diadema - SP	38
Gráfico nº 2 – Pirâmide Etária da cidade de Diadema, SP e Brasil: 2010.....	40
Gráfico nº 3 - IDHM do município de Diadema – SP.....	41
Gráfico nº 4 - Evolução do IDHM do município de Diadema – SP	42
Gráfico nº 5 – Alunos matriculados nas escolas municipais de Diadema em 2015	45
Gráfico nº 6 – Distribuição das Ocorrências e Acompanhamentos do Núcleo Social	51
Gráfico nº 7 – Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por tipos de ocorrência.. ..	52
Gráfico nº 8 – Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por sexo	54
Gráfico nº 9 - Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por faixa etária.....	55
Gráfico nº 10 - Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por ações realizadas ..	56

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Ficha de Notificação ao Conselho Tutelar	66
Anexo B – Solicitação de Apoio Técnico do Núcleo Social	67
Anexo C - Carta aceite da instituição	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	19
1.1 Política de Educação no Brasil.....	19
1.2 Inserção do Serviço Social no campo educacional	27
1.3 Escola e Serviço Social: Enfrentamento da questão social.....	33
1.4 Serviço Social na escola: intervindo nas manifestações da questão social	34
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - SP	36
2.1 Breve histórico da cidade	36
2.2 Secretaria de Educação do município.....	43
3 O TRABALHO DO NÚCLEO SOCIAL	46
3.1 Núcleo Social: Secretaria de Educação de Diadema	46
3.2 Histórico do Núcleo Social	46
3.3 Equipe e Metodologia de Trabalho do Núcleo	48
4 SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO SOCIAL	51
4.1 Tipos de Ocorrências acompanhadas pelo Núcleo	51
4.2 Ações realizadas pelo Núcleo em 2013 e 2014	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS	66

INTRODUÇÃO

A educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos sociais. Também é uma área estratégica de atuação do Estado. Neste sentido, a Política de Educação, como política social, é um espaço contraditório de lutas de classes, um embate entre os poderes diversos que se legitimam historicamente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade dos projetos societários existentes (Martins, 2007). Na história, a Política de Educação, sempre esteve tensionada pela disputa de diferentes projetos societários, visando à construção da hegemonia política e cultural e preparando a força de trabalho para atender às exigências do capital (*ibidem*).

A Política de Educação e as instituições escolares são espaços contraditórios de embates entre as diferentes concepções de mundo existentes na sociedade. É um campo de disputas de diferentes grupos sociais. Estes pressupostos demarcam a posição estratégica da educação para a efetivação do projeto ético-político do assistente social (*Ibidem*).

A luta pela Educação constitui-se uma das expressões da questão social, reconhecendo a educação como um direito social. O assistente social facilitará o acesso da população às políticas sociais visando proporcionar as condições necessárias para sobrevivência material da população atendida.

A trajetória histórica da profissão está estreitamente relacionada ao processo de estruturação das políticas sociais, a educação, constitui-se um “campo de forças no qual a profissão ganha visibilidade social, materialidade institucional e potencialidade histórica” (Teixeira, 2005, apud Martins, 2007, p.5).

Refletir sobre a educação é sempre de grande relevância para a sociedade, em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de aprendizagem, entre outros. Porém ao se tratar da discussão sobre a educação na sociedade capitalista, tem-se que levar em consideração as profundas mudanças que vem ocorrendo na estrutura e dinâmica das famílias de modo particular e, na sociedade de modo geral. Manifestações da questão social como: violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeiam a

educação na contemporaneidade. Busca-se com esta pesquisa conhecer a atuação do Núcleo Social na Política de Educação no município de Diadema.

Quando as expressões da questão social se manifestam no ambiente escolar, os profissionais da educação (direção escolar, professores, coordenadores pedagógicos, etc.), necessitam de apoio técnico para reflexão e intervenção sobre esses fenômenos. Na maior parte do tempo, suas ações são baseadas no senso comum e no desconhecimento sobre o contexto e significado destas manifestações. Ao se depararem com essa realidade cotidianamente os trabalhadores da área da educação buscam compreender melhor esses fenômenos.

Diante do exposto quais seriam as contribuições que o Serviço Social no enfrentamento das manifestações da questão social presentes no ambiente escolar?

O projeto busca conhecer como é realizado o trabalho do Núcleo Social no enfrentamento das manifestações da questão social nas escolas municipais e conveniadas de Diadema.

O interesse pelo tema do Serviço Social na Educação surgiu a partir da oportunidade de estágio na Prefeitura Municipal de Diadema – Secretaria de Educação – Núcleo Social, que foi vivenciado no período de outubro de 2013 a Agosto de 2014. Na ocasião, tivemos a possibilidade de verificarmos a atuação do assistente social frente às expressões da questão social no âmbito da Educação, expressões estas que têm interferido na garantia dos direitos de acesso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no Brasil.

A pesquisa foi realizada no município de Diadema, onde, o trabalho do Serviço Social na Política de Educação é realizado na Secretaria de Educação pela equipe do Núcleo Social. Foi escolhido por ter sido o campo aberto para estágio num período de setembro de 2013 a setembro de 2015.

Por objetivo geral da pesquisa, busca-se conhecer como o trabalho do Núcleo Social é realizado na Secretaria de Educação de Diadema. Também se propõe a analisar o trabalho profissional do Núcleo Social no enfrentamento das manifestações da questão social e conhecer a metodologia de trabalho no Núcleo Social na Secretaria de Educação de Diadema.

A fundamentação teórica se deu através de pesquisa bibliográfica e documental em livros, revistas, sítios eletrônicos e documentos sobre o tema do Serviço Social na Educação.

Para desenvolver essa pesquisa e atingirmos o objetivo proposto utilizamos a abordagem quantitativa, com objetivo de trazer à luz os fenômenos, os indicadores e as tendências observáveis.

A abordagem quantitativa, Chizzotti (2010) aponta esse tipo de coleta de dados e análise como

[...] a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar a explicar sua influencia sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz (CHIZZOTTI, 2010, p.52).

A abordagem quantitativa, de uma forma geral, guia-se por um, modelo de pesquisa de referências bem estruturadas, a partir das quais podemos formular hipóteses sobre os fenômenos e situações que se quer estudar, preocupando-se com o que é mensurável e demonstrado através da matemática e estatística.

O registro estatístico foi realizado a partir de um plano de pesquisa, o que possibilitou a obtenção de dados significativos para os propósitos da pesquisa.

O universo da pesquisa foram os 611 registros de ocorrências nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa de campo se deu através de consulta nos prontuários e os instrumentais utilizados pela equipe do Núcleo Social. A pesquisa foi realizada no Núcleo Social de Diadema através de levantamentos de prontuários do período objeto do estudo. No ano de 2013 foram identificadas 283 ocorrências (sendo 170 acompanhamentos) e em 2014 foram identificados 328 ocorrências (sendo 150 acompanhamentos), totalizando 611 registros.

A amostra da pesquisa foi retirada de duas listagens (acompanhamentos 2013 e 2014) com a identificação escolar do (a) aluno (a). Foi extraída uma amostra aleatória de 30% do total de ocorrências que foram acompanhadas pelo Núcleo Social de cada ano, sendo 56 de 2013 e 50 de 2014 totalizando uma amostra de 106 acompanhamentos. A amostra foi escolhida aleatoriamente, de acordo com padrões estatísticos, para dar confiabilidade/credibilidade para pesquisa.

A primeira fase da pesquisa apoiou-se em realizar o levantamento de dados dos atendimentos realizados pela equipe do Núcleo Social nos anos de 2013 e 2014 diante das demandas solicitadas pelas escolas municipais do município. A pesquisa

quantitativa foi realizada entre os meses de Agosto e Setembro de 2015 pelo estagiário/pesquisador. As fontes para obtenção dos dados foram os registros de solicitações de apoio técnico que foram recebidas através de documentos, contatos telefônicos e via e-mail. Os dados foram organizados por data de entrada da solicitação de apoio. Sendo utilizada uma planilha em Excel para confecção da listagem.

A segunda fase teve por objetivo levantar os dados sobre quais as ações realizadas pela equipe do Núcleo Social, assim, partimos para a contabilização dos dados.

Os dados coletados foram agrupados nas seguintes categorias: Tipos de ocorrência, faixa etária dos atendidos, reuniões na escola, reuniões com familiares, reuniões em Rede, visitas domiciliares e encaminhamentos.

Nos “Tipos de ocorrência”, a equipe do núcleo Social utiliza-se das seguintes categorias¹: Vulnerabilidade Social, Negligência, Saúde e Violência.

As conceituações das categorias utilizadas pela equipe são:

Vulnerabilidade Social: ausência de condições de manter a subsistência e a própria organização familiar e desconhecimento de direitos ou impossibilidade para procurar ou acessar serviços.

[...] perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.34)

Negligência: A negligência pode ser detectada em todos os aspectos da relação entre os homens, principalmente quando existe uma dependência de cuidados e de proteção de uns em relação a outros [...] O sujeito da negligência é aquele - a pessoa, a família, o Estado, a sociedade, as instituições – a quem é atribuída à responsabilidade dos cuidados. (VOLIC E BAPTISTA, 2003).

Saúde: Completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de enfermidade (Organização Mundial da Saúde - OMS).
Relação com o desenvolvimento, associação entre qualidade de vida e saúde da

¹ Essas categorias são utilizadas pela equipe do Núcleo Social, tendo em vista a necessidade de categorização das às demandas recebidas pela equipe.

população, resultado de um processo de produção social e influência de condições de vida adequadas e de bens e serviços.

Violência: Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO & GUERRA, 2001, p.12, MÓDULO 1A/B).

Conforme a pesquisa, algumas solicitações de apoio técnico não estão nessas categorias, utilizaremos, então, a categoria “**outros**” para quantificar esses dados.

Esses dados estão disponíveis em prontuário físico e arquivados na Secretaria de Educação do Município de Diadema².

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos e com algumas considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “O Serviço Social na Educação”, tem como objetivo de descrever o histórico da Política de Educação no Brasil, quais os objetivos que permeavam o processo educacional e as transformações na área da educação brasileira. Discorre-se também sobre a inserção do Serviço social na educação, sua institucionalização no campo educacional e as primeiras atuações profissionais nessa área. Também buscam desenvolver, de maneira articulada, apontamentos sobre a atuação do assistente social no enfrentamento e intervenção na questão social em suas múltiplas e diferenciadas expressões na escola.

O segundo capítulo, “Estrutura Educacional do Município de Diadema/SP”, é realizada a contextualização histórica da cidade, percorrendo sobre sua luta emancipatória e organização/participação da população na cidade. Contêm também dados geográficos e demográficos do município. Descreve também sobre o histórico e estrutura da Secretaria de Educação do Município.

² A partir do ano de 2015 a equipe do Núcleo Social passou a utilizar-se também de prontuários “on-line”. Esse prontuário fica hospedado no sistema informatizado da equipe do Núcleo Social e está hospedado no servidor central da Prefeitura do município de Diadema. Por isso, o levantamento de dados foi, na sua maioria, realizado em consulta a prontuários físicos, mas também com consulta a prontuários on-line.

O assistente social deve buscar “construir um perfil profissional na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social” (PIANA, 2009, p. 183). Partindo dessa afirmação é estruturado o terceiro capítulo, seu objetivo é descrever o histórico da inserção do Serviço Social na Política de Educação no município de Diadema, suas equipes e metodologias de trabalho e as transformações no trabalho da equipe do Núcleo Social.

O quarto capítulo, descreve a pesquisa realizada sobre o trabalho da equipe do Núcleo Social na Secretaria de Educação no município de Diadema. Inicia-se o capítulo conhecendo o campo de pesquisa, logo após, passando a descrever sua metodologia e a análise de dados.

Nas considerações finais, propõe buscar a reflexão sobre a importância do trabalho do Serviço Social na Política de Educação, recupera os limites e principalmente as possibilidades contidas na realidade. Destacamos também algumas propostas no sentido de potencializar a democracia, a justiça social na luta pelo direito a educação numa perspectiva emancipatória.

1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

No primeiro capítulo procura-se conhecer o histórico da Política de Educação no Brasil, quais os objetivos que permeavam o processo educacional e as transformações na área da educação brasileira. Percorre também a história do Serviço Social, sua gênese e sua relação às transformações sociais e na educação nacional desde a década de 1930.

1.1 Política de Educação no Brasil

A influência colonizadora nas formas de educação no Brasil³ começou aproximadamente em 1549 com a chegada dos jesuítas que ao aportarem em Salvador, logo criaram uma escola de “ler e escrever”.⁴ Neste período, o Brasil era colônia de Portugal, e tinha a agricultura como principal fonte de trabalho, não sendo necessários muitos saberes. Entre os anos de 1549 a 1759, os jesuítas promoveram uma ação maciça em relação à catequese dos índios,⁵ educação dos filhos dos colonos, assim como a formação de novos sacerdotes incluindo também a elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra (Atanázio, 2014). Com objetivo não só difundir a religião como também garantir a unidade política e dominação metropolitana.

Nesse processo de catequese

As primeiras escolas reuniam os filhos dos índios e dos colonos, porém a educação jesuítica separava os “catequizados” dos “instruídos”. Aos índios se destinavam as ações de cristianização e pacificação, fazendo-os dóceis ao trabalho, enquanto em relação aos filhos dos proprietários das terras, as

³ Conforme aponta Ribeiro (1992), diante das dificuldades com o regime de “capitanias hereditárias” (de 1534 a 1536 são criadas catorze capitanias com objetivo de tornar possível o povoamento, a defesa, bem como a propagação da fé católica) é criado o Governo Geral (esse foi o primeiro representante do poder público na colônia) a fim de apoiar as capitanias para que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal. Entre as diretrizes básicas “na nova política ditada por D.João III (17-12-1548), é encontrada uma, referente à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução” (Ribeiro, 1992, p.19). O plano de estudos foi elaborado de forma diversificada, com objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. “Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever” (*Ibidem*).

⁴ “A escola de ler e escrever existia excepcionalmente nos colégios como ocasião de que alguns alunos fossem introduzidos nessas técnicas indispensáveis ao acompanhamento do curso de humanidades” (*Ibidem*, p.28).

⁵ “O plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciavam. Os *instruídos* serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas *catequisados*” (*Ibidem*, p.25. grifos no original). A catequese, do ponto de vista religioso, interessava à Companhia (“companhias de Jesus” instituídas a partir de 1556, pelo padre Manoel da Nobrega quando percebe a não adequação do índio para a formação sacerdotal católica) como fonte de novos adeptos do catolicismo, do ponto de vista econômico interessava tanto a ela (“companhia”) como ao colonizador, à medida em que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra (*Ibidem*).

intenções eram de aprofundar os estudos indo até estudar na Europa ou ainda serem padres (ATANÁZIO, 2014, p.10).

Em 1772, o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) institui o ensino público oficial, neste período em que não mais os jesuítas estavam na liderança da educação,⁶ os colégios ficaram dispersos e já não havia uniformidade de ensino e nem formação de mestres (Atanázio, 2014). Persistia o panorama de analfabetismo, ensino precário. A educação estava à deriva (ARANHA, 1996). Nesse período do Brasil colônia, aumenta o fosso entre os letrados e a maioria da população analfabeta (*Ibidem*).

Segundo Niskier (1996), no início do século XIX a educação no Brasil se encontrava em situação deplorável, as aulas de “primeiras letras” eram de fraca estrutura e de medíocres resultados, estavam a cargo de mestres improvisados, sem programas racionalmente estabelecidos, com escassa fiscalização quanto à qualidade do ensino ministrado e do aproveitamento dos alunos (Atanázio, 2014, p.11).

No século XIX não houve uma política de educação sistemática e planejada. Após a independência e inspirados na Revolução Francesa, os liberais na Assembleia Constituinte de 1823 tinham o princípio de liberdade de ensino sem restrições e a intenção de “instrução primária gratuita a todos os cidadãos” (*Idem*). Em 1834 um Ato Adicional descentraliza o ensino permitindo que a educação da elite fique a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias. “A descentralização impede de vez a unidade orgânica do sistema educacional, com o agravante de deixar o ensino elementar para a incipiente iniciativa das províncias,

⁶ A política colonial objetivava a conquista de um capital necessário à passagem da etapa mercantil para a industrial do regime capitalista, por razões internas e externas, Portugal mesmo se antecipando à primeira etapa, não chegou à segunda. A Inglaterra lidera o processo de industrialização, entre os séculos XIV ao XIX, e o processo de industrialização em Portugal é sufocado. Enquanto uma metrópole estava em decadência (Portugal) outra estava em ascensão (Inglaterra). Essa compreensão do processo de submissão/emancipação, à medida que os objetivos coloniais serão diferentes e acabarão por tornar tal processo mais ou menos acelerado, com isso, as tentativas de transformações da situação portuguesa em meados do século XVIII, consubstanciadas nas “Reformas Pombalinas” incluem o âmbito escolar metropolitano e colonial (RIBEIRO, 1992). O marquês de pombal orienta-se no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa. A “companhia de Jesus” é atingida diretamente e é expulsa em 1759. Ela era apontada como um empecilho na época, por que: **a)** era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo; **b)** educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país (*ibidem*, p.33-34). As reformas, inclusive a instrução pública, traduzem um plano de recuperação política, econômicas e sociais de Portugal.

com suas múltiplas e precárias orientações.” (ARANHA, 1996, p. 152 apud ATANÁZIO, 2014, p.11).

No final do período da monarquia no Brasil foram criados, em províncias como Ceará e Rio de Janeiro, colégios militares e escolas de aprendizes marinheiros, que eram destinadas à formação dos quadros de subalternos da Marinha. Nas províncias mais distantes prosseguiram as reclamações referentes à baixa instrução dos professores e habitual falta de verbas para a manutenção das escolas, a preocupação básica era a de formar adequadamente os mestres na escola normal (Atanázio, 2014).

No surgimento da Primeira República ou República Velha (1889 – 1930), onde os governantes eram escolhidos de acordo com a elite, o modelo educacional entrou em crise juntamente com outros setores como: político, cultural e econômico, que levaram para a Revolução de 1930 (*Idem*). Segundo Aranha (1996), no período da Primeira República, persistem o dualismo escolar e o descuido com o ensino fundamental.

Após a revolução de 1930, no período de 1937 a 1955 – período do “modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização” Esse período pode ser dividido em três instantes: o de Getúlio Vargas 1937-45 (chamado de “Estado Novo”); o de Eurico Gaspar Dutra 1946-50 (em reação ao Estado Novo); e o retorno de Getúlio Vargas no período de 1951-54 (Ribeiro, 1992).

O primeiro período da Era Vargas (1937 – 1945) foi marcado por reestruturação na área da educação, o ministro Gustavo Capanema empreende reformas no ensino através de decretos que foram denominados *Leis Orgânicas do Ensino* que entre outros norteara o ensino industrial, o ensino secundário e comercial além da criação em 1942 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O ensino secundário passou a ser constituído do ginásio de quatro anos e colegial de três anos, este dividido em curso clássico e científico. Diz Aranha (1996), que a lei do ensino secundário em seu artigo 1º, especifica que as finalidades desse ensino são “formar a personalidade integral dos adolescentes”, “acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”, “dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial” e ainda, segundo o artigo 25º. “formar as individualidades condutoras”. Vemos que a lei acentuava a tradição do ensino secundário acadêmico, introdutório e elitista.

É importante citar que na década de 40, diante das necessidades de expansão industrial a solução nacional foi a criação de dois tipos ensino profissional. Um deles mantido pelo sistema oficial e o outro mantido pelas empresas, paralelamente, surge então em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Foi à chance que a população de baixa renda teve para se profissionalizar, pois encontraram nesses cursos boas condições de estudo, inclusive porque tanto no SENAC quanto no SENAI os alunos eram pagos para aprender. Porém o que podemos observar é a ênfase no sistema dual de ensino, que continuava separando em dois tipos de componentes: os de estratos médios e altos, que continuaram a fazer opção pelas escolas que “classificavam” socialmente, e os de estratos populares, que optavam pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Este processo inevitavelmente, fez do sistema educacional um sistema de discriminação social.

Não obstante a todas as intervenções feitas na educação no período do Estado Novo e pós Estado Novo, as dificuldades para a aplicação dessas mudanças adviriam da inadequação da nossa realidade. Enquanto as escolas normais se expandiam, continuava o alto número de professores leigos, não formados e a partir dos anos 40 este índice só aumentou.

Nesse período, a meta era pautada na formação de pessoal técnico, com orientação da educação para o desenvolvimento e não se falava em ensino básico. A educação básica apresentava um quadro crítico do ponto de vista do acesso e permanência das crianças na escola, era pouca a oferta de ensino público a população em idade escolar.⁷

Foi na década de 1940, mais precisamente em 1947, que é lançada a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, representando o início da ação federal dotada de disposição para o combate ao analfabetismo.⁸

⁷ Censo de 1940 revela uma taxa de analfabetismo de 56,17% da população com idade superior a 15 anos.

⁸ Como indica Souza (2008), no Brasil, vivia-se um ambiente político pós Constituição de 1946, que instituiu o voto universal, desde que o indivíduo fosse alfabetizado, restrição que excluía cerca de 50% da população entre 15 e 64 anos, o que levaria a um esforço de alfabetização com vistas à expansão da massa de eleitores por diferentes setores sociais, que entendiam que o analfabetismo era um dos mecanismos de manutenção da estrutura de poder baseada na exclusão do grande público nas decisões importantes do país. Essa campanha, porém, foi elaborada sem qualquer referência sobre as especificidades da educação de adultos, partindo da ideia de que o analfabeto seria um incapaz, responsável pelas mazelas socioeconômicas e culturais do Brasil. Assim, a partir desse argumento o analfabetismo deveria ser exterminado para se alcançar o desenvolvimento, uma

Em 18 de Setembro de 1946, foi promulgada a 4ª Constituição Republicana. Em seu art. 5º, inciso XV, alínea d, cap. 1, Título I, dava a União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (Ribeiro, 1992).

Em 1948, ocorre um marco na educação brasileira, é encaminhado à câmara Federal em 29 de Outubro desse ano, o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), subscrito por Clemente Mariani (então Ministro da Educação e Saúde), mas levou 13 anos para entrar em vigor, em 20 de Dezembro de 1961.

Nos anos 50 há uma grande mobilização de campanhas para alfabetização e articulação dos movimentos sociais pela educação. Em relação à educação básica, em 1959, foi registrado um manifesto de educadores intitulado “mais uma vez convocados”.⁹ Esse manifesto foi divulgado em meio a um debate sobre o ensino básico que não era novo, mas se tornou intenso onde era preciso definir o papel do Estado em relação à educação escolar.¹⁰

No início da década de 1960

A discussão sobre a educação popular toma corpo com diversos movimentos importantes. A Universidade de Brasília é fundada por Darcy Ribeiro em 1961, e o surgimento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955, que propunha a tarefa de repensar a cultura brasileira autônoma, não alienada, rompendo a tradição colonial de transplante cultural. (ATANÁZIO, 2014, p.13).

Para Aranha (1996), a intensa produção teórica do período repercute nos diversos movimentos de educação popular, com a explícita intenção de transformar o processo mental, despertando as massas para a reflexão crítica a respeito da situação de exploração em que vivem, porém a fecunda fermentação cultural é abruptamente reprimida pelo golpe militar de 1964.

concepção grosseira lançada aos ombros dos brasileiros não alfabetizados. Dessa forma, a educação escolar continuava polarizada entre a elitização do saber e a manipulação populista das classes populares, através da rede escolar tradicional e da Campanha de Alfabetização de Adultos (FÁVERO, 1983 apud Souza, 2008, p.3).

⁹ Alusão a outro manifesto lançado em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 189 pessoas ilustres, inclusive Anísio Teixeira. Esses faziam parte de um grupo que ficara conhecido como os “Pioneiros da Escola”. Sua bandeira consistia na defesa, como direito do cidadão e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita.

¹⁰ No final dos anos 50 reacende o debate sobre a educação escolar. De um lado estavam os educadores comprometidos com os ideais da Escola Nova e de outro os defensores da rede privada de ensino, que achavam que as famílias deveriam ser livres para escolher o tipo de ensino queriam para seus filhos.

Com a instauração da Ditadura Militar a efervescência de produção brasileira foi castrada, mas não calada. Uma prova disso são as obras de Paulo Freire e os Movimentos de Educação de Base (MEB). Esses movimentos

[...] formam uma ação de movimentos de educação popular que na primeira metade de década de 1960 desejava definir uma identidade nacional. Os Centros Populares de Cultura (CPC) em 1961, Movimentos de Cultura Popular (MCP), 1960, foram os principais, porém o Golpe Militar em 1964 desativa esses movimentos, considerando-os subversivos e penaliza seus líderes, os únicos que permanecem são os MEB, embora diminuindo suas atividades e mudando de orientação (ATANÁZIO, 2014, p.14).

Para Werebe (1994), esses movimentos de educação popular sofreram a interferência da Ditadura Militar, pois,

Essas experiências foram interrompidas pelo governo, por terem sido consideradas “politicamente perigosas”. De fato a adoção de uma pedagogia que visava a despertar o espírito crítico e criador dos alunos, levando-os a pesquisar e a não aceitar passivamente o conhecimento recebido, não poderia ter sido tolerada num regime militar autoritário, como o que vigorava no país, na época. (WEREBE, 1994, p. 221).

Durante os anos da ditadura (1964 a 1984), a população brasileira viveu o medo gerado pelo governo do arbítrio e a ausência do Estado de direito. O ano de 1968 é marcado por revoltas estudantis pelo mundo e Brasil, no mesmo ano, em dezembro, o Ato Institucional 5 (AI-5) retira todas as garantias individuais, públicas ou privadas e concede ao presidente da República poderes para atuar como executivo e legislativo. Os reflexos foram desastrosos na cultura e na educação, além dos prejuízos em todas as áreas do país inclusive na economia e na política (Atanázio, 2014). Em 1967, a ditadura exclui a lei das organizações consideradas subversivas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) com a intenção de evitar a representação em âmbito nacional, é proibida qualquer tentativa de ação política (*Idem*). Nas escolas de grau médio os grêmios se transformam em centros cívicos e surge a figura do professor de Educação Moral e Cívica. Segundo, Aranha (1996, p. 211)

A intenção explícita da ditadura em “educar” politicamente a juventude se revela no decreto-lei baixado pela Junta Militar em 1969, que torna o ensino de Educação Moral e Cívica obrigatório nas escolas em todos os graus e modalidade de ensino. No final do grau médio a denominação muda para Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e no curso superior, para Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Nas propostas curriculares do

governo transparece o caráter ideológico e manipulador dessas disciplinas (ARANHA, 1996, p 211 apud ATANÁZIO, 2014, p.15).

No final dos anos 70, prossegue a autora

[...] um grupo de filósofos e pedagogos passa a rever a educação brasileira iniciando a chamada pedagogia histórico-crítica, tendo como principais representantes desta tendência: Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Guiomar Namó de Mello, Carlos Roberto Jamil Cury entre outros, teóricos influenciados pela dialética marxista que pretendiam com a pedagogia histórico-crítica reverter o quadro de desorganização que torna uma escola excludente, com altos índices de analfabetismo, evasão, repetência e de seletividade (ARANHA, 1996).

Em 1985, em detrimento da campanha das diretas já, houve a eleição indireta para a presidência da República. Tancredo de Almeida Neves foi nomeado como Presidente, porém, sua posse, marcada para quinze de Fevereiro desse ano, não chegou a realizar-se porque o Presidente eleito adoeceu gravemente na véspera, vindo a falecer no dia vinte e um de Abril de 1985. Toma posse o vice-presidente José Sarney. Neste mesmo ano o ministro da educação Marco Maciel lançou o programa Educação para Todos: Caminho para Mudanças que era destinado ao ensino de 1º. E 2º. Graus e designado a combater os problemas assolavam a educação no país (Atanázio, 2014). No Brasil, havia muitas desigualdades regionais, assim como os baixos níveis de renda, bem como carências alimentares e de saúde de grande parte da população (Niskier, 1996). Existindo também insuficiências e má distribuição espacial da rede escolar, os currículos inadequados, as deficiências na formação e os baixos padrões de remuneração dos professores faziam parte desta realidade.

Entre os objetivos do programa estavam:

O resgate da importância social das camadas populares e sua cultura, como elemento fundamental do processo de elaboração do saber, a garantia da merenda escolar, do livro e do material didático a todos os alunos matriculados na rede oficial de ensino, a garantia de um piso salarial condigno para os professores e o estabelecimento de normas e recrutamento e seleção democrática e de planos de carreiras que valorizem o mérito e a experiência. (NISKIER, 1996, p. 484,485 apud ATANÁZIO, p.16).

O processo de democratização do Brasil tem em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, um momento histórico de uma nova estruturação política pautada na ótica da garantia de direitos sociais. O que se configura mais claramente no texto a seguir:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

A educação também ganhou novas perspectivas. São Nove artigos referentes à educação compõem a Constituição e entre eles:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Alterado pela EC-000.019-1998)

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 representou em todas as esferas uma esperança muito grande e na área da educação não foi diferente, porém a prática de uma educação de qualidade para todos não se concretizou (Atanázio, 2014).

Para Niskier (1996),

O Estado nunca se dispôs a dar uma clara demonstração de interesse pela solução dos grandes problemas nacionais de educação, como se pode acompanhar pela descontinuidade administrativa, a falta de prioridade orçamentária para o setor e a escolha pouco criteriosa de ministros da Educação, premiando em geral pessoas de fora, sem o devido conhecimento e experiência na matéria (NISKIER, 1996, p. 527).

A construção da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) percorreu um caminho de lutas e debates desde 1949 quando começou a ser pensada até 1961 quando através do Governo João Goulart ela foi sancionada (Atanázio, 2014). Em 1971 ela foi novamente modificada, marcando o progresso das diretrizes e bases para a educação. Mas somente em 1996 que a LDB foi sancionada – Lei nº 9.394/96.

Em seu primeiro artigo normatiza que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

Instituída a Lei, surge a necessidade de adequação da educação de forma a estabelecer um parâmetro educacional condizente com a realidade do País.

Apesar de assumir um caráter inovador, a LDB não foi suficiente para atender as necessidades de melhorias do sistema educacional brasileiro, porém, mostra-se importante no que diz respeito à regulamentação da educação nacional.

1.2 Inserção do Serviço Social no campo educacional

A vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS/ Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, 2013).

Recorrendo à história, no campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, quais as razões da evasão escolar, da falta de aproveitamento das crianças e da dificuldade de adaptação destas à situação da escola (PIANA, 2009, p. 183). Em vários países, ocorria o atendimento às crianças em suas famílias, que não recebiam orientações necessárias para seu desenvolvimento, e muitas crianças eram vítimas de maus-tratos por parte dos pais ou responsáveis (*Ibidem*, p. 184). Nesse período, o

Serviço Social Escolar (assim intitulado) integrava a equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores. O objetivo era atender os alunos com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social era

atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentados no espaço escolar. (PIANA, 2009, p.184).

Em relação à atuação do Serviço Social no campo educacional no Brasil, indica Iamamoto que

Ainda em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ¹¹ com a incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários [...] Certamente estará entre as primeiras grandes instituições a incorporar e teorizar o Serviço Social não apenas enquanto *serviços assistenciais corporificados*, mas enquanto “processos postos em prática, para obtenção de fins determinados”, utilizando para tal as técnicas de caso e grupo. (IAMAMOTO, 2003, p. 253, grifos no original).

O SENAI surge como instrumento de ação coletiva do empresariado. Instrumento que estará diretamente subordinado à racionalidade econômica e empresarial capitalista. Ele é o misto de dois processos históricos: a violência simbólica do sistema escolar com a coerção e o autoritarismo das unidades de produção e terá a tarefa de aprimoramento dos atributos morais e cívicos da juventude operária, produzindo o operário ajustado a esse estágio de desenvolvimento da formação econômico-social brasileira. O assistente social, apesar de um pequeno número, terá um lugar de destaque (IAMAMOTO, 2003).

Surge em 1946, outro instrumento utilizado pelo empresariado, é o Serviço Social da Indústria (SESI).¹²

Será atribuído ao SESI estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria. Estarão claramente explicitadas, entre as funções da nova instituição a ser gerida pela corporação empresarial, a defesa dos *salários reais* do operariado – através da melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene – a assistência em relação aos problemas domésticos decorrentes da dificuldade da vida, pesquisa e atividades educacionais e culturais, “visando à valorização do homem e os incentivos à atividade produtora”. (IAMAMOTO, 2003, p. 268, grifos no original).

Em relação à atuação do Serviço Social, prossegue a autora

[...] a Divisão de Serviço Social teria por função atuar em todos os setores “promovendo ou facilitando a adaptação das atividades às necessidades dos operários”, no sentido de que elas “sejam utilizadas na verdadeira educação e formação social do operário”, a fim de “conseguir o melhor rendimento possível dos recursos do SESI”. Terá assim a função de “coordenação das atividades da obra”, atuando nos serviços de plantão (primeiro contato e encaminhamento), na divisão médica (aspecto moral,

¹¹ Decreto-Lei nº 4048, de 22.2.1942

¹² Decreto-Lei nº 9403, de 25.6.1946

social e psicológico da doença), na divisão econômica (principal área de atuação do assistente social, centrando-se nos estudos para concessão de auxílios, orientação para equilíbrio orçamentário, orientações quanto à utilização dos recursos oferecidos, etc.), na divisão legal (seleção de casos para encaminhamento, procurando previamente conciliar as situações e prevenir os dissídios), na divisão de lazeres e movimentos sociais e nos trabalhos de ligação com as empresas e em seu interior. (IAMAMOTO, 2003, p. 277-278, grifos no original).

Piana (2009), também indica que na história do Serviço Social e na área educação,

Há relatos históricos de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946 foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar. No Estado do Rio Grande do Sul, o Serviço Social foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura. Suas atividades eram voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social. (AMARO apud PIANA, 2009, p. 184)

Na década de 1950, a intervenção no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital (VIEIRA apud PIANA, 2009, p.185), demonstrando a forte vinculação ideológica por subordinação ou opção ao projeto político do Estado legitimando a ordem vigente.

No contexto educacional, com o movimento de Reatualização Modernizadora¹³ do Serviço Social fundamentado na criticidade da identidade

¹³ No primeiro momento da ditadura militar no Brasil, o Serviço Social é marcado em suas perspectivas e possibilidades de avanços críticos. “Nesse momento, se articula e se gesta, na América Latina, a partir do cone sul, o **Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano**, que permite canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-instrumentais como políticos-ideológicas. Verifica-se uma marcante polarização em torno da perspectiva de mudança social, que se expressa por uma consciência clara sobre a situação de subdesenvolvimento, dependência, dominação e consequente opressão e exploração das maiorias nacionais no continente latino-americano”. (SILVA, 2011, p.49)

No Brasil na década de 1960 e durante o período da ditadura militar inicia-se o **movimento de Reatualização teórica do Serviço Social Brasileiro**. Esse movimento, aqui entendido como esforço de superação da tradição conservadora que marcou profundamente as construções teórico-metodológicas do Serviço Social no Brasil. O projeto Profissional se qualifica como ruptura pelo deslocamento da base positivista-funcionalista e pela aproximação com a tradição marxista. “Identifica-se um efetivo esforço de setores da categoria profissional na perspectiva de ruptura com a herança conservadora, propondo colocar a profissão a serviço dos interesses dos explorados e dominados, buscando novos fundamentos, novos conteúdos e novas bases de legitimação da ação profissional”. (SILVA, 2011, p.32). A possibilidade de ruptura implica no desvelamento do significado social da profissão na sociedade capitalista. São exemplos teóricos os documentos de Araxá (1967) – Teorização do Serviço Social brasileiro e Teresópolis (1970) – Metodologia do Serviço Social, indicando a intenção de ruptura.

profissional e no rompimento com o Serviço Social conservador, a atuação profissional ganhou novas perspectivas e destaque, especialmente na década de 1980.

No âmbito da categoria profissional dos assistentes sociais, o Conjunto CFESS-CRESS colocou no debate o Serviço Social na Educação, ao incluir o tema na agenda de lutas a partir de 2000. A discussão do tema ocorreu nos “grupos de trabalho Serviço Social na Educação” com representantes da categoria profissional de todas as regiões do Brasil.

O Parecer Jurídico 23/2000, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que dispõe sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, define a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei Federal 8.662/1993¹⁴ e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual (CFESS-CRESS, 2013).

Como resultado dessas discussões, no ano de 2012, o conjunto CFESS-CRESS proporcionou a articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, como atividades preparatórias para o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, em Maceió. Colocando após o seminário à disposição da categoria o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, estruturado com a perspectiva de afirmação: da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional; das competências e atribuições do/a assistente social (CFESS-CRESS, 2013).

Pensar a relação do Serviço Social com a educação tem sido uma tarefa que tem ocupado parte significativa dos/as assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com diferentes inserções no campo das políticas sociais. O adensamento da discussão e das experiências vem criando espaços de articulações que desencadeiam processos para a inserção do Serviço Social na educação em vários municípios e estados do Brasil.

¹⁴ Lei de Regulamentação da Profissão da (o) Assistente Social.

Em muitos estados e municípios existem avanços na discussão, a implantação, a implementação, o monitoramento e a avaliação da presença dos profissionais de serviço social em todos os níveis da educação. Cada município, cada estado, vem buscando suas estratégias de início ou de consolidação desse processo.¹⁵ Mas o profissional de serviço social na educação em nada, e de forma alguma substitui as ações do ponto de vista da relação ensino-aprendizagem, campo de saber de professor e de pedagogos que desenham uma organização do seu fazer profissional em todos os níveis da educação.

Atualmente na educação, com o crescimento da inserção de assistentes sociais na esfera pública e privada adquire a maior visibilidade, pois se abrem inúmeras possibilidades para reflexões sobre o que faz ou pode fazer o/a assistente social na política educacional. Existem, no Brasil, algumas experiências de profissionais do Serviço Social na Educação¹⁶ que buscam diferentes formas de intervenção para o enfrentamento das manifestações da questão social presentes hoje na escola.

¹⁵ Pesquisa realizada por Martins (2007) em sua tese de doutorado mostra a atuação do assistente social área da educação no Estado de São Paulo: Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 165 municípios (25,58%) responderam a pesquisa e, 37 municípios (22,42%) informaram haver assistentes sociais atuando no município na área da educação básica, especialmente na educação infantil, no ensino fundamental e na educação especial. São apontadas na pesquisa as seguintes cidades: **Região Metropolitana de São Paulo** – Embu, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Vargem Grande Paulista. **Região Metropolitana de Campinas** – Cosmópolis, Hortolândia, Itatiba, Santa Bárbara do Oeste. **Região Administrativa de Campinas** – Leme, Limeira, Corumbataí. **Região Administrativa Central** – Matão, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos. **Região Administrativa de Franca** – Franca, Batatais. **Região Administrativa de Ribeirão Preto** – Serrana. **Região Administrativa de Sorocaba** – Itu, Botucatu, Barão de Antonina, Laranjal Paulista, Salto. **Região Administrativa de Marília** – Garça, Assis, Tupã. **Região Administrativa de São José dos Campos** – São José dos Campos, Jacareí, Paraibuna, Lorena. **Região Administrativa de Presidente Prudente** – Presidente Prudente e Dracena. **Região Administrativa de Bauru** – Borebi. **Região Administrativa Barretos** – Altair. **Região Administrativa de São José do Rio Preto** – Ipiranga. (MARTINS, 2007, p. 34).

No Fórum de Serviço Social na Educação, realizado na Universidade Estadual Júlio de Mesquita – UNESP – campus Franca, em Outubro de 2015, foram apresentados trabalhos do Serviço Social realizados nos seguintes Estados: Acre, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo. As atuações do Serviço Social nesses Estados (nas Secretarias de Educação e/ou escolas do município) ocorrem na educação básica, educação infantil, ensino fundamental e também no âmbito das Universidades Federais e Institutos Federais, onde, nesses últimos, o trabalho é realizado na Política de Assistência Estudantil.

¹⁶ Tal realidade pode ser exemplificada pelo Projeto “Serviço Social Escolar” em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura; o Programa Municipal de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (1991) com a função de um trabalho de assessoria à equipe de profissionais das escolas; o trabalho dos assistentes sociais nas escolas públicas de Campina Grande, Estado da Paraíba (1980); e nas escolas públicas e privadas do município de Natal no Estado do Rio Grande do Norte (1999). (PIANA, 2009 p. 196). Também podem ser citados exemplos da Cidade de Limeira, onde a atuação do assistente social é na escola e na cidade de Diadema que é realizado na Secretaria de Educação.

Na cena contemporânea o trabalho do assistente social na Educação está sendo pesquisado em diferentes áreas na realidade escolar: nas escolas privadas e/ou filantrópicas e públicas e nas Universidades Públicas e Institutos Federais.¹⁷

Alguns estudos sinalizam a inserção do Serviço Social na escola pública, através da criação de Setores/Departamentos/Diretorias ou Coordenadorias de Serviço Social Escolar junto às Secretarias Municipais de Educação ou a Universidades Públicas e Privadas, que desenvolvem projetos de extensão com vistas ao atendimento das necessidades do aluno e da família na realidade escolar (SANTOS, 2012). Ainda podemos encontrar Projetos de Lei,¹⁸ na esfera federal, que preveem a inserção do Serviço Social na escola pública.

De acordo com Piana (2009),

Tem-se, hoje, muitas vezes, um Serviço Social restrito à educação infantil em creches e pré-escolas (centro de educação infantil), desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Educação no Brasil. E no ensino fundamental é voltado também para população de baixa renda, no qual surgem várias expressões da questão social, que invadem o cenário escolar, tais como violência doméstica, dificuldades socioeconômicas das famílias, o uso indevido de drogas e o tráfico por familiares, crise de valores éticos e morais, que geram a indisciplina, o baixo rendimento escolar da criança e do adolescente, a evasão escolar e a falta de perspectiva de um futuro educacional. (PIANA, 2009, p.184-185)

A inserção do Serviço Social na sociedade contemporânea encontra na área da educação um espaço de possibilidades e desafios profissionais.

Embora o trabalho do assistente social na Educação ainda não tenha visibilidade expressiva no mercado, o profissional tem realizado um trabalho que não se restringe à escola e vem passando por um processo de reconhecimento da profissão. Seu trabalho tem sido fundamental nas Secretarias Municipais e Estaduais de educação mediante o assessoramento na elaboração da política educacional (PIANA, 2009). Por meio dessa inserção na educação, tem-se um

¹⁷ No Fórum de Serviço Social na Educação, organizado pelo GEPESS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação) e realizado na Universidade Estadual Júlio de Mesquita – UNESP Franca em Outubro de 2015, foram apresentadas pesquisas sobre a atuação do Serviço Social nas áreas da educação básica, infantil, ensino fundamental, educação especial, educação tecnológica e profissional, educação superior, Política de Assistência Estudantil, educação e diversidade, lei de cotas, formação/atuação profissional do Serviço Social na educação, supervisão de estágio, Educação a Distância (EAD), educação e cidadania, educação e movimentos sociais, cinema e arte como práticas educativas, educação e questão indígena.

¹⁸ **PL 3688/2000** – Projeto de Lei que dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Aguardando Parecer na Comissão de Educação (CE). Fonte: www.cfess.org.br. Acesso dia 16 de Outubro de 2015.

PLC 060/2007 – Projeto de Lei que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica. Fonte: www.cfess.org.br. Acesso dia 16 de Outubro de 2015.

campo de atuação promissor e estratégico, pois é possível refletir a natureza política e profissional da função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais por meio das políticas sociais (ALMEIDA apud PIANA, 2009, p.196).

1.3 Escola e Serviço Social: Enfrentamento da questão social

É possível perceber as profundas mudanças na conjuntura do grupo familiar e da sociedade, como o papel da família na sociedade contemporânea, a função da escola na atualidade, as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas e as novas demandas inerentes ao cotidiano escolar.

O Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social em suas múltiplas e diferenciadas expressões. Conforme Marilda Iamamoto:

[...] a questão social é mais que as expressões da pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas [...] retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2007, p. 125, grifo no original).

A sociabilidade que o sistema capitalista tem imposto à sociedade tem criado cenários muito delicados no âmbito da educação, o que impacta intensamente todos os níveis da educação. Esse é o percurso desenhado por uma dimensão capitalista, neoliberal, focada no mercado (SILVA, 2012).

Nas diversas discussões sobre a atuação do Serviço Social na educação são apontados como elementos fundamentais para os trabalhos dos/as Assistentes Sociais que sejam orientados e norteados pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

No trabalho profissional o enfrentamento das expressões da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de outra uma nova sociabilidade. O desafio profissional está em encontrar novas estratégias de ação que deem conta da complexidade da vida em sociedade exigem um esforço e uma construção que é coletiva, sujeitas a tensões e conflitos na ordem da sociedade contemporânea.

1.4 Serviço Social na escola: intervindo nas manifestações da questão social

Para o Serviço Social, a expansão no debate sobre a Educação abre a discussão da ação profissional de maneira interdisciplinar.

O Serviço Social adquire um novo estatuto a partir da posição do novo paradigma. É justamente através dessa apropriação que as ações profissionais encontram um novo espaço para a discussão. [...] construir essa nova posição do Serviço Social impõe colocá-lo no âmbito da discussão interdisciplinar. (NOGUEIRA e MIOTO apud SANTOS, 2012, p. 8).

Partindo-se desse pressuposto, da necessidade de um trabalho articulado e plural no campo da educação, o assistente social no cerne desse cenário, atua de maneira a intervir, articular e, sobretudo, contribuir com todos os que compõem a comunidade escolar, numa perspectiva de complementaridade ao trabalho desenvolvido pelos demais profissionais (trabalho interdisciplinar).

Ao resgataremos o significado histórico da profissão do Serviço Social (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), vemos que deve se configurar em uma também dimensão educativa que, frente às mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação e operacionalização, atuação em equipe, em busca de proporcionar reflexões sobre a questão social, estratégias de proposição e intervenção; resgatando a visão de integralidade e do respeito à diversidade seja ela caracterizada pelo gênero, raça, etnia e classe social.

Frente à atual conjuntura política, econômica e social, as manifestações da questão social se expressam na vida cotidiana dos estudantes como: dificuldade socioeconômica e na dinâmica familiar dos alunos; violência doméstica; relação escola/família; situação de preconceito no âmbito escolar; trabalho infantil; evasão escolar/número excessivo de faltas injustificadas; questões relacionadas ao uso de drogas e outras questões relacionadas ao território.

No debate profissional, reconhece-se que a educação tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, nas formas de reprodução do ser social. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias em disputa e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2013). A educação no sistema capitalista se converte em um conjunto de práticas sociais que

contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada desse sistema. A compreensão dessa função social permite

[...] aprofundar as análises das situações que, aparentemente, se apresentam de forma individualizada, contextualizando-as para compreendê-las de forma coletiva, como reflexo do modelo societário que vivemos, que reforça a exclusão e a desigualdade social, visando a garantir a acumulação capitalista através da máxima exploração e alienação da classe trabalhadora. (MARTINS, 2013).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - SP

Busca-se neste capítulo contextualizar a história do município de Diadema. Abrangem dados geográficos e demográficos da cidade e o histórico e organização da Secretaria de Educação no Município.

2.1 Breve histórico da cidade

Data de 1830 a formação do primeiro núcleo populacional e de 1922 e 1924 a instalação da Vila Conceição e de Eldorado, respectivamente. Em 1952 é criado o Cartório Distrital (Atanázio, 2014, p.20). Diadema foi distrito de São Bernardo do Campo até a sua emancipação, no final da década de 1950. Em 18 de fevereiro de 1959, adquiriu autonomia político-administrativa. Também em 1959 realiza-se em Diadema a primeira eleição autônoma, cujo vencedor foi o Prof. Evandro Caiafa Esquivel, que iniciou o seu governo em 1960.

Desde então o município desenvolveu em termos urbanos, econômicos e populacionais, notadamente pela instalação de indústrias de pequeno e médio porte e de estabelecimentos comerciais (*idem*).

Os incentivos fiscais oferecidos para essas empresas, de forma geral, e, mais especificamente, ao ramo automobilístico contribuíram para a absorção de grande parte da mão-de-obra do próprio município e para o aumento do fenômeno migratório de trabalhadores, originários em sua maioria do Norte e Nordeste do Brasil e do interior de São Paulo (ATANÁZIO, 2014, p.20-21).

No espaço de aproximadamente (1960-1980) a cidade teve um rápido e desordenado crescimento: favelas, ausência de saneamento básico, ruas e avenidas sem pavimentação e iluminação, compunham a paisagem de uma “cidade dormitório”. Nesse período, a população da cidade teve seu adensamento por ex-moradores da favela Vergueiro de São Paulo.

Em meados da década de 1970, a região do ABC se configura o berço do movimento operário, e, com o crescimento do parque industrial do município vizinho (São Bernardo do Campo) e o crescimento da população da cidade, cresce a organização popular na luta pela moradia, acesso a serviços públicos como saúde, educação, habitação, transporte e segurança.

No início dos anos 80, são redirecionados recursos do orçamento municipal e priorizaram os investimentos na melhoria das condições de vida do morador-trabalhador de Diadema, tratando das graves questões existentes e nas áreas

sociais tais como: educação, cultura, esporte, lazer, saúde, assistência social e habitação.

A questão da moradia estendida à condição da dignidade do lugar, enquanto parte do território, foi eixo de luta social no processo de urbanização da cidade em meio a interesses conflitantes (DIADEMA, 2009. p. 14). Essa luta contou com ampla participação popular, organizada através de Comissão de Moradores, Associações e representação em vários Conselhos de Direitos Deliberativos da Cidade.

A partir do ano de 1983 com a gestão do prefeito o Sr. Gilson Luiz Correia de Menezes, inicia-se uma série de gestões democráticas¹⁹ e a participação popular no município tornaram-se exemplos e condições reforçadoras no processo de negociação das lutas sociais.

No período situado entre os anos 80 até este início do terceiro milênio, é referência nessa trajetória, que destaca um conjunto de estratégias para municipalização da gestão de diferentes serviços entre os quais a distribuição da rede de água, a habitação popular, a rede básica e hospitalar de saúde, a educação e as inovadoras políticas de combate à violência urbana (DIADEMA, 2007).

A participação da população no modelo de gestão democrático popular, reforçada pelo exemplo do processo de negociação das lutas sindicais vivenciadas pelos trabalhadores nas fábricas de São Bernardo, contribuíram para o avanço das políticas sociais no município.

Hoje, com autonomia político-administrativa, Diadema, localizada no Estado de São Paulo, compõe, com os demais municípios da região, o Grande ABCDMRR.²⁰ Ocupa área de 30,8 km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2014), com densidade demográfica (habitantes/km²) de 12.796,46, o que lhe confere a maior densidade demográfica do estado e a segunda do país, atrás apenas de São João do Meriti, no Rio de Janeiro (13.024,56 hab/km²).

¹⁹ A ordem de Prefeitos por ano e partido no município é: **1983 a 1988** - Gilson Luiz Correia de Menezes (PT); **1989 a 1992** - José Augusto da Silva Ramos (PT); **1993 a 1996** - José de Filippi Júnior (PT); **1997 a 2000** - Gilson Luiz Correia de Menezes (PSB); **2001 a 2008** - José de Filippi Júnior (PT) - prefeito reeleito em 2005; **2009 a 2012** - Mário Wilson Pedreira Realí (PT) e **2013-atual** - Lauro Michels Sobrinho (PV). **Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012).

²⁰ A região metropolitana do Grande ABCDMRR é compreendida pelo agrupamento das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Diadema faz divisa com as cidades de São Bernardo do Campo e São Paulo. O município está distante aproximadamente 17 km da capital de São Paulo (marco zero).

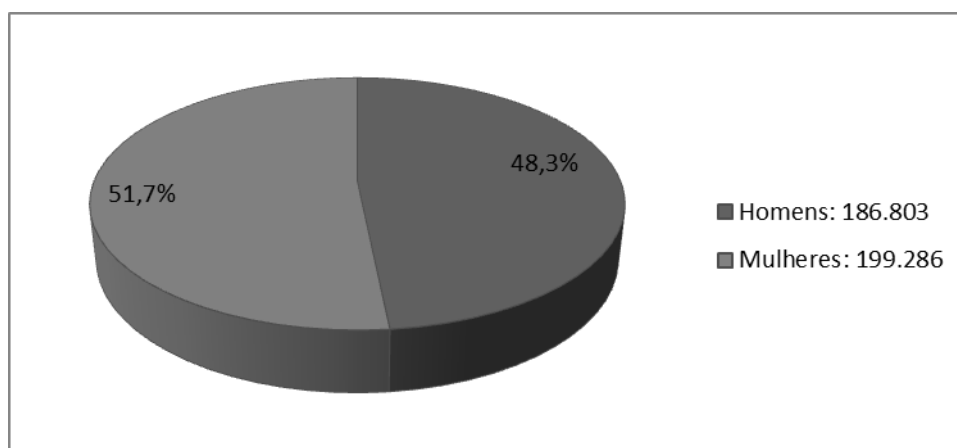
Figura nº 1 – Mapa da Região Metropolitana do Grande ABCDMRR



Fonte: Google imagens: 2015²¹

Conta com 386.089 habitantes (IBGE: 2010), sendo 48,3% homens e 51,7% de mulheres como pode ser observado no gráfico:

Gráfico nº 1 – População residente no município de Diadema - SP



Fonte: IBGE: 2010

²¹ Disponível em: http://professor.ufabc.edu.br/~jair.donadelli/images/mapa_abc.gif Acesso em dez. 2015.

Em 2014 sua população estimada é de 394.131 habitantes. Logo, trata-se de uma cidade de grande porte, pois tem população superior a cem mil habitantes.

Uma variação chama a atenção quando observada as características da população Diademense: o predomínio do número de mulheres em relação ao número de homens. Conforme indicado na tabela nº 1, o último censo realizado em 2010 revela a seguinte distribuição da população:

Tabela nº 1 - Distribuição da população no município de Diadema por sexo e faixa etária

Idade	Homens	%	Mulheres	%
0 a 4 anos	14.029	7,5	13.785	7,0
5 a 9 anos	14.902	8,0	14.522	7,3
10 a 14 anos	16.878	9,0	16.673	8,4
15 a 19 anos	16.229	8,7	16.365	8,2
20 a 24 anos	18.559	10	18.533	9,3
25 a 29 anos	18.811	10	19.525	9,8
30 a 34 anos	17.029	9,1	18.178	9,1
35 a 39 anos	15.050	8,1	16.635	8,3
40 a 44 anos	13.903	7,5	15.186	7,6
45 a 49 anos	11.498	6,2	13.083	6,6
50 a 54 anos	9.673	5,2	11.084	5,6
55 a 59 anos	7.431	4,0	8.661	4,3
60 a 64 anos	5.154	2,7	6.234	3,1
65 a 69 anos	3.203	1,7	3.981	2,0
70 a 74 anos	2.120	1,0	2.950	1,5
75 a 79 anos	1.262	0,7	1.943	0,9
80 a 84 anos	692	0,4	1.191	0,6
85 a 89 anos	276	0,1	498	0,2
90 a 94 anos	85	0,1	183	0,1
95 a 99 anos	15	0,01	67	0,03
Mais de 100 anos	4	0,02	9	0,01
Total	186.803	100	199.286	100

Fonte: IBGE: 2010

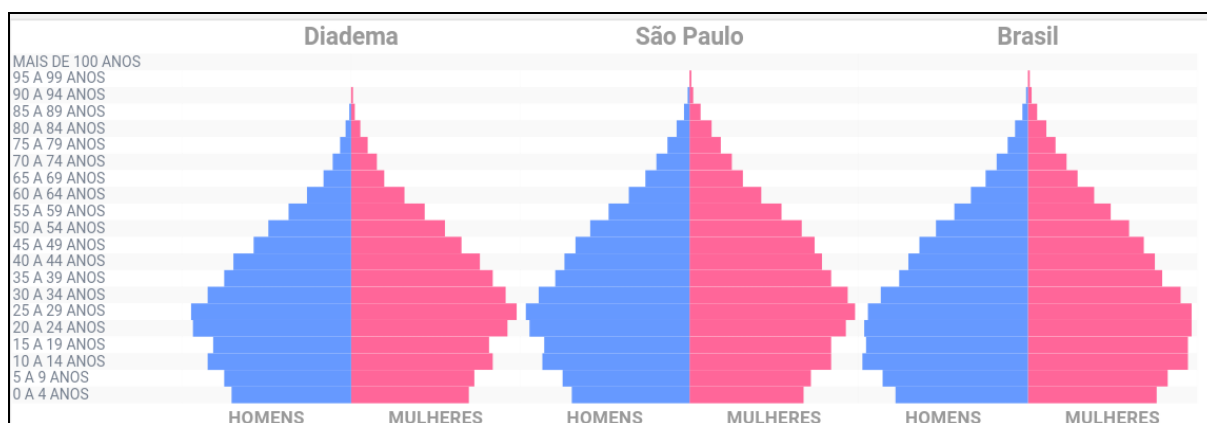
De fato, o Brasil tem mais mulheres do que homens. Ainda de acordo com o censo de 2010, há 3.941.819 mulheres a mais do que homens no Brasil - 97.348.809 contra 93.406.990 do sexo masculino (190.755.799 é a população brasileira total). Ou seja, no Brasil todo são 95,9 homens para cada 100 mulheres. No estado de São Paulo, a população total em 2010 era de 41.262.199 habitantes. Para cada 100 mulheres residentes no estado existem 95 homens.

Comparando a tabela anterior, pode-se observar o maior número de mulheres quando comparada a de homens em Diadema, o que pode está ligado com a alta

taxa de morte violenta no Brasil, que atinge mais a população masculina.²² Ademais, a esperança de vida da mulher é mais alta. Segundo o IBGE (2013) a esperança de vida das mulheres era de 78,3 anos em 2012 passando para 78,6 anos em 2013, para a população masculina também houve um aumento, passando de 71,0 anos em 2012 para 71,3 anos.²³

No gráfico nº 2 está apresentada a distribuição de mulheres em relação à homens segundo a faixa etária e de forma comparativa (município de Diadema, Estado de São Paulo e Brasil).

Gráfico nº 2 – Pirâmide Etária da cidade de Diadema, SP e Brasil: 2010



Fonte: IBGE: 2010

Assim como no estado de São Paulo, Diadema tem a maior parte da população na faixa etária dos 20 aos 34 anos. Enquanto no Brasil a população é predominante jovem (até os 29 anos). Comparado ao Estado de São Paulo e Brasil, Diadema apresenta uma redução na taxa de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos.

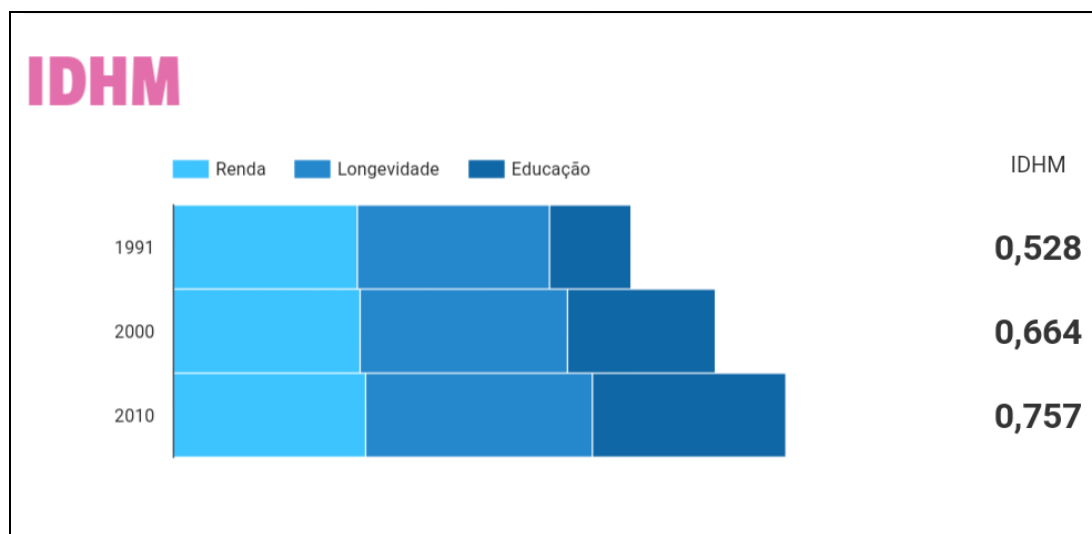
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)²⁴ é de 0,757 conforme gráfico nº 3

²² De acordo com pesquisa do Mapa da violência de 2014 os jovens do Brasil, (WASELFISZ, 2014).

²³ Essas e outras informações estão nas “Tábuas Completas de Mortalidade do Brasil 2013”, que apresenta as expectativas de vida às idades exatas até os 80 anos.

²⁴ O IDH mede longevidade, saúde e educação da população de um país. Adaptando o IDH para a análise dos indicadores sociais dos municípios, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que abarca também três dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável (longevidade), acesso a conhecimento (educação) e padrão de vida que garanta as necessidades básicas (renda). O estudo é feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No caso do IDHM dos municípios brasileiros, para o cálculo foram analisados mais de 180 indicadores socioeconômicos dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. O índice varia de 0 a 1 -

Gráfico nº 3 - IDHM do município de Diadema – SP

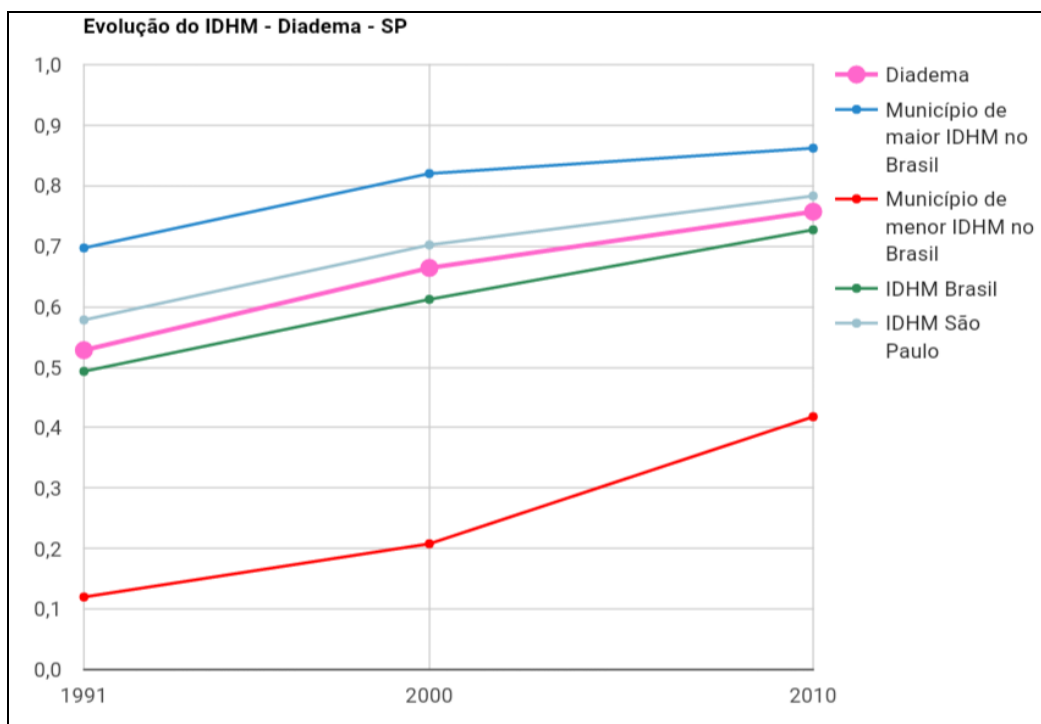
Fonte: Atlas Brasil: 2013.

Observa-se que o IDHM de Diadema – assim como dos municípios brasileiros em geral – cresceu nas últimas duas décadas. Especificamente, em 1991 o IDHM pode ser considerado baixo (0,528); já em 2000 ele subiu para médio (0,664) e em 2010 foi considerado alto (0,757).

No período entre 1991 e 2010 o município teve uma taxa de crescimento de 43,37%. A dimensão que mais contribuiu para o IDMH do município é Longevidade, com índice de 0,844, seguida de Renda, com índice de 0,717, e de Educação, com índice de 0,716 (PNUD, 2013).

De 1991 a 2010, a evolução do IDHM do município passou de 0,528, em 1991, para 0,757, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica uma taxa de crescimento de 43,37% para o município e 47% para a UF; e uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 51,48% para o município e 53,85% para a UF. Esses dados são apresentados no gráfico nº 4:

quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano – e ainda com base nessa escala é considerado muito baixo o IDHM entre 0 e 0,49; baixo entre 0,5 e 0,59; médio de 0,6 e 0,69; alto 0,7 e 0,79 e muito alto entre 0,8 e 1,0.

Gráfico nº 4 - Evolução do IDHM do município de Diadema – SP

Fonte: Atlas Brasil: 2013.

Pode-se observar no gráfico, que o IDHM de Diadema é menor quando comparado ao município de maior IDH no Brasil (São Caetano do Sul – 0,862) e do Estado de São Paulo, mas, é maior comparado ao IDHM do Brasil.

Sabe-se que os IDHs não conseguem captar, na sua totalidade, as desigualdades na sociedade brasileira. No entanto, o índice capta os avanços do Brasil nas últimas décadas.

Atualmente a Prefeitura de Diadema é administrada pelo Prefeito o Sr. Lauro Michels Sobrinho, possuindo a seguinte estrutura administrativa: Chefia de Gabinete, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria da Comunicação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Alimentar, Secretaria de Obras, Secretaria de Transporte.

2.2 Secretaria de Educação do município

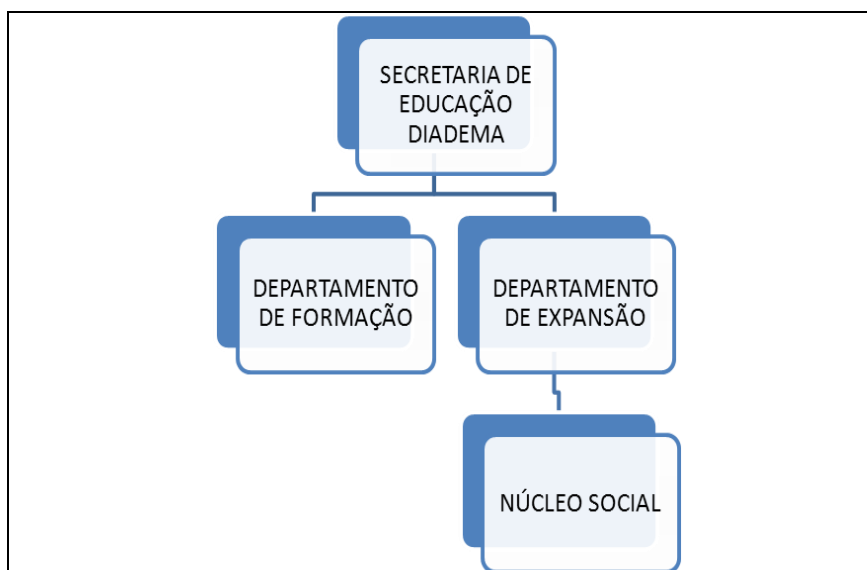
A Secretaria de Educação é o órgão gestor da política educacional de Diadema. Possui atualmente uma rede com 61 escolas municipais de administração direta, sendo 31 de período integral (creche) e 30 de período parcial, e um Centro de Atenção e Inclusão Social – CAIS.²⁵ São atendidas crianças, jovens e adultos, nos vários serviços: Educação Infantil Parcial, Educação Infantil Integral - creche, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Conta para tanto com um quadro de profissionais de 57 Professores Coordenadores, 59 Assistentes de Coordenação, 2289 professores e 22 educadores nos vários serviços como: educador, educador social e educador de jovens e adultos (Diadema, 2013).

A Secretaria possui uma estrutura composta de dois departamentos, conforme figura nº2. O Departamento de Expansão é responsável pelo gerenciamento e pelas ações institucionais realizadas em conjunto com os profissionais da rede de educação do município, esse departamento está estruturado com as seguintes divisões: Divisão de Educação da Criança, Serviço de Ensino Fundamental, Divisão de Educação de Jovens e Adultos, Divisão de Educação Especial, contanto ainda com os núcleos: Recursos Humanos, Orçamento e Núcleo Social. O Departamento de Formação é responsável pelas atividades de formações com as equipes escolares (Diretores, coordenadores pedagógicos, professores), realização de eventos, capacitações profissionais, programas e atividades que envolvam a participação da comunidade escolar e a comunidade.

²⁵ O Centro de Atenção e Inclusão Social – CAIS é responsável pelo atendimento de crianças com atraso no desenvolvimento psicomotor. O atendimento do CAIS é realizado com alunos das creches municipais e conveniadas no município.

O CAIS possui uma instalação no município que conta com uma equipe formada por profissionais de educação básica e educação especial, com formação em pedagogia e especialização nas diferentes áreas da deficiência. No equipamento funciona a “sala de recursos” (sala com equipamentos especializados para o desenvolvimento psicomotor); o Serviço de Adaptação de Material Pedagógico Especializado (SAMPE); possui também o trabalho de “professores itinerantes” (professor que acompanha sistematicamente o trabalho pedagógico desenvolvido na escola, esse professor, avalia o aluno no contexto escolar e define estratégias pedagógicas inclusivas junto à equipe escolar).

Figura nº 2 - Organograma da Secretaria de Educação do município de Diadema.



Fonte: Secretaria de Educação de Diadema: 2013

A política educacional implementada pela atual administração é norteada pelo Plano de Ação Pedagógica (PAP), elaborado a partir de discussões com os profissionais da rede municipal. Tem como principais diretrizes: democratização do conhecimento e valorização do profissional, democratização do acesso e permanência e gestão democrática.

A rede pública municipal para o ano de 2015, segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, apresenta o seguinte quadro:

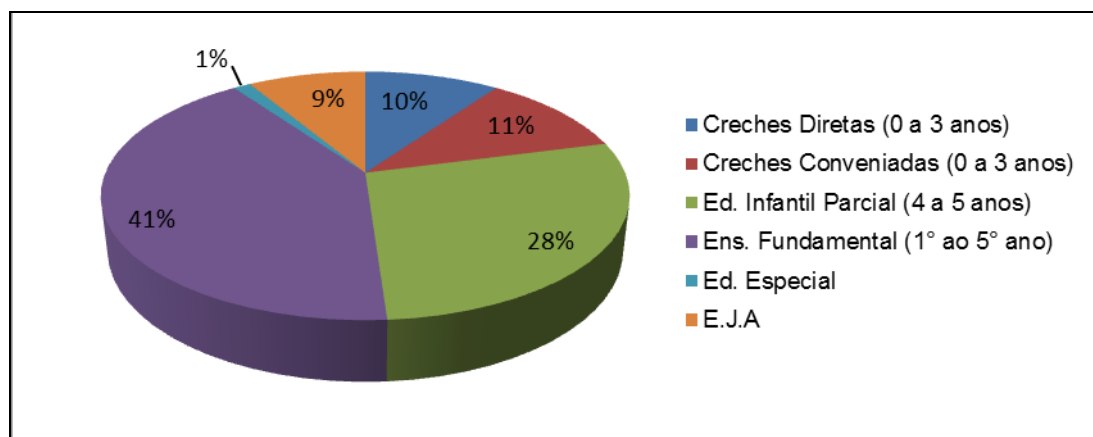
São 61 escolas municipais e 01 Centro de Atenção e Inclusão Social – CAIS. Totalizando 33.718 alunos, distribuídos conforme abaixo:

- Creches diretas (0 a 3 anos): 3.321 alunos
- Creches conveniadas (0 a 3 anos): 3.735 alunos
- Educação Infantil Parcial (4 e 5 anos): 9.432 alunos
- Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): 13.897 alunos
- Educação Especial: 427 alunos
- EJA: 2.906 alunos²⁶

²⁶ De acordo com dados cedidos pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Diadema, a modalidade de ensino EJA1 é destinada ao ensino de 1ª. a 4ª. séries, nas quais há predominância de adultos e idosos. A modalidade de ensino EJA2 é destinada ao ensino de 5ª. a 8ª. Séries, nas quais há um número significativo de alunos jovens e adolescentes matriculados.

A quantidade de alunos matriculados no município em 2015 é demonstrada no gráfico:

Gráfico n° 5 – Alunos matriculados nas escolas municipais de Diadema em 2015



Fonte: Secretaria de Educação de Diadema. Dados obtidos em agosto de 2015

Como pode ser observado, nota-se que 41% dos alunos matriculados concentram-se nas escolas de ensino fundamental (1º ao 5º ano). A educação infantil parcial (4 a 5 anos) representa 28 % de matrículas no município. As matrículas em creches conveniadas e creches de administração diretas (0 a 3 anos) representam 11% e 10% respectivamente. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município é representada por 9% das matrículas segundo os dados. A educação especial no município é atendida em 1% do total de matrículas na cidade.

3 O TRABALHO DO NÚCLEO SOCIAL

Esse capítulo busca contextualizar o trabalho da equipe do Núcleo Social na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Diadema, sua formação, demandas e atuação em conjunto com os profissionais das escolas municipais e com os profissionais da rede de serviços.

3.1 Núcleo Social: Secretaria de Educação de Diadema

O Núcleo Social tem como objetivo desenvolver, ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo educacional, por meio da prestação de apoio técnico em formação e/ou na intermediação das relações institucionais e sociais das escolas da rede municipal da rede conveniada do município de Diadema. Tais ações são desenvolvidas com a participação da comunidade escolar.²⁷

A atuação do Núcleo Social busca ações que possibilitem a efetivação de políticas sociais que atendam a comunidade escolar em suas necessidades enquanto cidadãos de direitos, tendo como fundamento básico os princípios e valores firmados na democracia, cidadania, justiça social, solidariedade e direitos humanos.

3.2 Histórico do Núcleo Social

O Serviço Social na Educação em Diadema iniciou em 1994 com a contratação de dois assistentes sociais. A princípio, o trabalho realizado seria análise de pedidos de bolsa de estudos universitária e acompanhamento da expansão da rede de creches conveniadas.

No período de 1997 até 2004, as ações realizadas pelos assistentes sociais foram ampliadas, com formações de caráter preventivo voltado a violência doméstica, sexualidade, gênero e drogas, para a rede de profissionais da educação. Além das formações, foi mantido o acompanhamento das situações encaminhadas pelas escolas municipais.

Em 2006, a Secretaria de Educação de Diadema institucionalizou esse trabalho com a denominação de Núcleo Social. Sendo que os profissionais passam

²⁷ Comunidade Escolar: Diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, professores, funcionários da escola, alunos e suas famílias).

a ser requisitados para realização de visitas domiciliares com o objetivo de organização das vagas em creche.

No período de 2009 a 2011, o Núcleo Social gradativamente deixou de realizar os acompanhamentos de solicitações para vaga em creche, dando novos contornos ao trabalho. De 2011 a 2013, foram concursados quatro profissionais (dois assistentes sociais e dois psicólogos) para o Núcleo. Nesse período foi adotada agenda para planejamento de trabalho interdisciplinar.

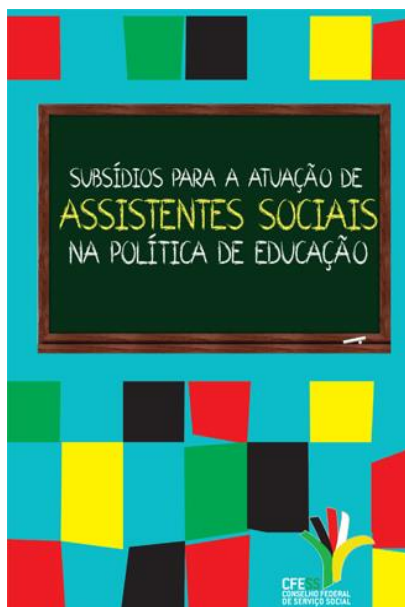
Nesse novo desafio, o trabalho no Núcleo Social passa por um amadurecimento de ideias e ações que se expressam através do rompimento com algumas práticas anteriormente realizadas. Mudanças essas que, consequente, e naturalmente vêm refletindo no ambiente educacional. Entre algumas mudanças podemos citar: realização do trabalho das equipes mais integrado, troca de ideias e busca de discussão sobre os atendimentos; nova rotina de trabalho com reuniões periódicas (a cada 15 dias) para planejamento das ações da equipe; participação em conselhos municipais (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho Municipal de Álcool e Drogas – COMAD); maior aproximação com a equipe escolar e as famílias referentes aos atendimentos da equipe; realização de formações técnicas para as equipes escolares (diretores, coordenadores pedagógicos, professores); Apresentações do trabalho da equipe para os profissionais da Rede de Serviços da cidade e em eventos municipais (simpósios e encontros municipais de educação) e estaduais (Fórum de Serviço Social na Educação – UNESP Franca, 2015); também foram confeccionados instrumentais para uso internos e externos e de materiais de orientação/informação²⁸ para melhor realização do trabalho da equipe.

O trabalho no Núcleo Social tem como documentos norteadores: A Constituição Federal que em seu Art. 6º fala da educação como direito social; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 - ECA) que prima pela educação em seu Capítulo IV, arts. 53 a 59; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) em seu art.29 diz “A educação infantil, primeira

²⁸ Exemplos de instrumentais confeccionados e utilizados pela equipe: **“Ficha de notificação ao Conselho Tutelar”** (Anexo - A) confeccionado para auxiliar a equipe escolar na realização da notificação ao Conselho Tutelar; **“Solicitação de Apoio Técnico do Núcleo Social”** (Anexo – B) confeccionado para a equipe escolar na realização da solicitação de apoio técnico da equipe. Foram confeccionados materiais orientativos/informativos sobre temas: indisciplina, negligência, gênero e sexualidade e família.

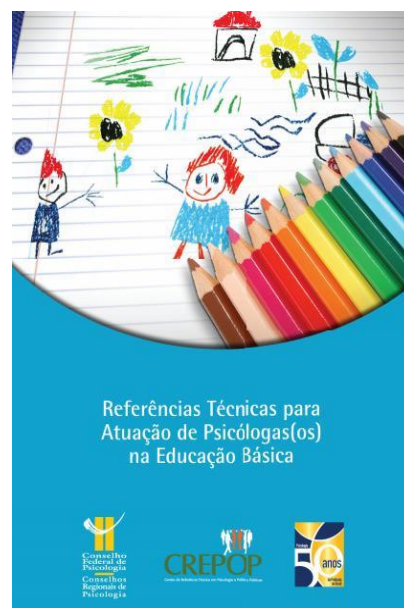
etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”; e como referências técnicas os documentos “Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (CFESS, 2013) - figura nº 3, as “Referências Técnicas para atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica” – figura nº 4, e demais documentos das profissões.

Figura nº 3



Fonte: www.cfess.org.br

Figura nº 4



Fonte: www.crpso.org.br

3.3 Equipe e Metodologia de Trabalho do Núcleo

Hoje, o trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional, formada por três assistentes sociais, um estagiário de Serviço Social, dois psicólogos, uma pedagoga (Coordenadora da equipe) e uma agente administrativa.

As escolas municipais são divididas por regiões, onde, uma dupla de assistente social e psicólogo fica responsável por 31 escolas e outra equipe por 30 escolas. Uma assistente social é responsável por 16 escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O trabalho realizado pelo Núcleo Social parte de uma “queixa escolar” (situação apresentada pela escola que encaminha a solicitação de apoio técnico à

equipe) para a “demanda escolar” (que se constitui em contato telefônico com a direção escolar e/ou com a família do aluno para obter mais informações sobre a situação apresentada, para que a partir dessas informações seja feita elaboração do planejamento das intervenções frente à demanda).

O trabalho técnico é realizado com a participação da comunidade escolar, por meio de reuniões nas escolas, ações formativas continuadas com os profissionais da educação, reuniões com os serviços da rede de proteção social no município e também de outros municípios, atendimento familiar, observação de aula, visita domiciliar, encaminhamentos a outros serviços da rede, monitoramento e avaliação das ações realizadas e participação nos espaços de controle social.

Compete ao Núcleo Social acolher demandas psicossociais relacionadas ao contexto escolar vivenciada pelas escolas da rede direta e da rede conveniada do município de Diadema e apoiá-las tecnicamente mediante a proposição de um trabalho em conjunto, o qual pode configurar-se como:

1. formação e/ou grupo de discussão para profissionais da educação;
2. preparação de materiais de orientação para instituições escolares;
3. ação direta junto à escola, através da elaboração de um plano de ação que envolve entre outros, avaliação da demanda e do contexto institucional, orientações, encaminhamentos e acompanhamento dos usuários dessa política;

De acordo com o plano do Núcleo Social, as demandas psicossociais relacionadas ao contexto escolar referem-se a:

Dificuldades, dúvidas, conflitos, impasses dos gestores sobre as atribuições da escola em relação a situações que envolvem:

1. Violação de direitos de crianças e adolescentes, como:

a) manifestações ou indícios de violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência, preconceito e/ou discriminação contra crianças ou adolescentes por profissionais da educação e/ou trabalhadores da instituição escolar, familiares ou qualquer outra pessoa de conhecimento da escola da rede municipal ou creche da rede conveniada;

b) Privação do direito da criança ou do adolescente à educação, tanto no que diz respeito ao acesso e à permanência na instituição escolar (baixa frequência, evasão) como ao direito à educação de qualidade;

2. Acidentes no espaço escolar envolvendo alunos;

3. Outras situações do cotidiano escolar que demandem apoio técnico;

a) mudanças no cotidiano escolar e/ou na relação professor-aluno decorrentes das situações de violação aos direitos de crianças e adolescentes.

b) dúvidas relacionadas a questões técnicas concernentes às áreas de serviço social e psicologia.

O serviço é realizado em conjunto com os Coordenadores Pedagógicos, com a Coordenação dos Serviços de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e com os Coordenadores e Assistentes das Escolas da rede municipal e conveniada.

Atividades realizadas pelas equipes do Núcleo Social:

- Acolhimento às escolas e familiares nas mais variadas demandas;
- Visitas domiciliares.
- Atendimento/acompanhamento familiar;
- Contato/fortalecimento de parcerias com a rede local de serviços: Educação, Saúde, Assistência social rede pública e Organizações não Governamentais - ONG's;
- Preenchimento e controle de cadastro dos usuários atendidos;
- Elaboração de relatórios;
- Elaboração de plano de ação individualizado
- Reunião com rede de serviço para discussão de caso.
- Elaboração de relatórios sociais de atendimentos diversos;
- Reunião de equipe;
- Reunião intersetoriais para discussão e acompanhamento de casos;
- Reuniões mensais de supervisão de estágio;
- Acompanhamento de reuniões intersetoriais.

As atividades exercidas buscam desenvolver e aprimorar os instrumentos e instrumentais técnicos e específicos das áreas do Serviço Social e da Psicologia para a realização do trabalho da equipe do Núcleo Social.

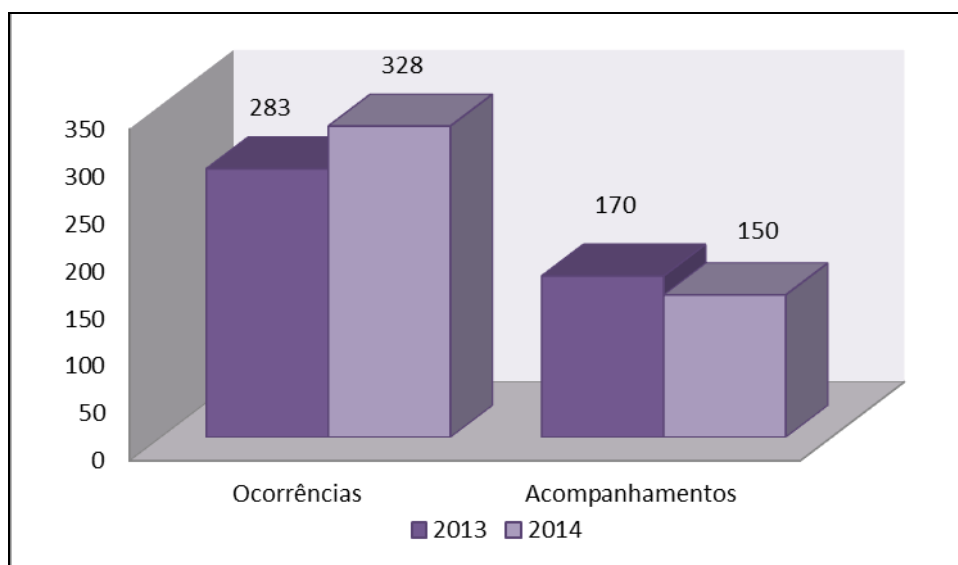
4 SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO SOCIAL

Esse capítulo busca contextualizar a pesquisa de campo (campo de pesquisa, metodologia, universo da pesquisa e amostra coletada, levantamento e análise de dados) realizada no município. As bases de dados foram tomadas a partir de documentos cedidos pela Secretaria de Educação e consulta nos prontuários utilizados pela equipe do Núcleo Social.

4.1 Tipos de Ocorrências acompanhadas pelo Núcleo

De acordo com a pesquisa junto aos prontuários do Núcleo, em 2013 foram atendidas 283 ocorrências, sendo, 113 demandas pontuais e 170 acompanhamentos. Em 2014 foram 328 ocorrências e 150 acompanhamentos, que se dividiram no gráfico nº 6:

Gráfico nº 6 – Distribuição das Ocorrências e Acompanhamentos do Núcleo Social



Fonte: Núcleo Social – Secretaria de Educação de Diadema: 2015

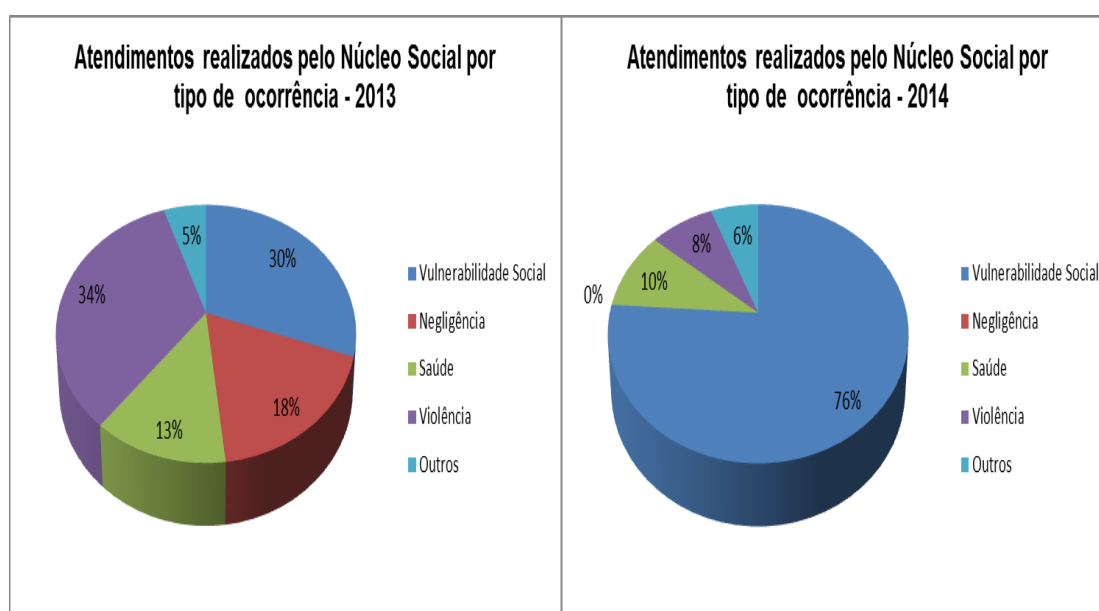
Observa-se que nem todas as ocorrências necessitaram de acompanhamento, essas ocorrências são chamadas de atendimentos pontuais, onde, muitas vezes é finalizada após o acolhimento da demanda, a discussão sobre a situação apresentada e realizada orientações de como proceder diante da ocorrência, não necessitando do acompanhamento da equipe do Núcleo Social. A

sistematização a seguir tem como base amostra de 30% dos acompanhamentos, conforme explicitado na metodologia da pesquisa.

Após a contabilização e sistematização, os dados quantificados demonstrando os seguintes indicadores:

De acordo com o gráfico nº 7, em 2013 as maiores ocorrências foram de violência foi responsável por 34% e vulnerabilidade social com 30% dos atendimentos da equipe do Núcleo Social, seguidas de negligência e saúde responsáveis por 18 e 13 % dos atendimentos, respectivamente. A categoria “outros” foi atendida em 6% das solicitações de apoio técnico.

Gráfico nº 7 – Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por tipos de ocorrência



Fonte: Pesquisa realizada em consulta nos prontuários do Núcleo Social em Setembro de 2015

Já em 2014 a ocorrência vulnerabilidade social representa 76% dos acompanhamentos, isso pode ser explicado devido ações do núcleo junto a comunidade escolar, onde foram constantes as discussões sobre a questão da baixa frequência.²⁹ Vale ressaltar que em 2014 ocorreu uma redefinição dos tipos de ocorrências, onde buscou-se aprofundar a questão da baixa frequência. Muitas vezes ela é a “ponta do iceberg”, onde, a ausência do aluno está relacionada à

²⁹ De acordo com o Art. 56 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA): Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho tutelar os casos de:

- I. maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II. reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III. elevados níveis de repetência.

perda de aprendizado escolar que ele terá por não acompanhar as atividades na escola. E muitas solicitações de apoio técnico enviadas ao Núcleo Social apresentam a demanda de “baixa frequência escolar”, quando a equipe realiza o primeiro contato com a família o motivo o qual a criança não está frequente em muitas situações envolvem, como dito anteriormente, a ausência de condições de manter a subsistência e a própria organização familiar, requerem em uma avaliação mais profunda da situação.³⁰ Frente a essa realidade, a equipe passou a contabilizar o item como vulnerabilidade social, por isso, justificando em 2014 o aumento nos atendimentos que chegou a 76% como pode ser observado. Na categoria violência, houve diminuição nos atendimentos o que representou 8% em 2014, seguido por saúde que também apresentou diminuição e foi solicitado em 10% dos atendimentos. Ocorreu um aumento de 0,5% no atendimento da categoria “outros” o que contabilizou em 6% do total de atendimentos. A categoria negligência não apareceu na amostra pesquisada no ano de 2014, o que não quer dizer que não foram atendidas demandas dessa categoria pela equipe do Núcleo Social em 2014.³¹

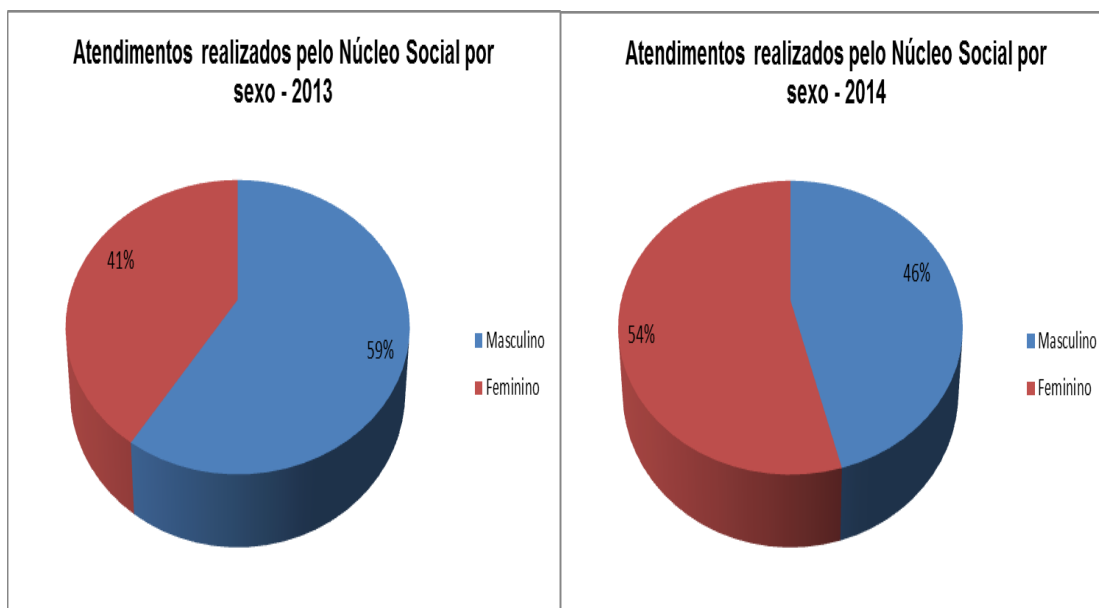
Temas como violência e negligência foram conteúdos de formações realizadas nas escolas pela equipe do Núcleo, o que permitiram o debate e reflexão sobre os referidos temas. Observa-se que essas capacitações dão indicações de contribuir para a desconstrução de valores e visão de mundo (senso comum) que muitos profissionais possuem frente a determinadas situações.³² Isso pode ser constatada pela diminuição de solicitações de atendimento dos dois itens citados, o que, em reuniões nas escolas após as formações pode se perceber a mudança de concepção dos profissionais da escola.

A distribuição dos (as) alunos (as) atendidos pelo Núcleo Social por sexo é expressa no gráfico nº8:

³⁰ Referente ao item de baixa frequência escolar, a equipe do Núcleo Social realizou reuniões com as equipes gestoras das escolas municipais para esclarecimento de como proceder para realização da notificação ao Conselho Tutelar nas situações elencadas no art.56 do ECA.

³¹ De acordo com a amostra do ano de 2014 (150 acompanhamentos) foram separados 50 situações, dentre as quais, como a amostra foi escolhida aleatoriamente, de acordo com padrões estatísticos, para dar confiabilidade/credibilidade para pesquisa. No referido ano, categoria não apareceu de maneira significativa.

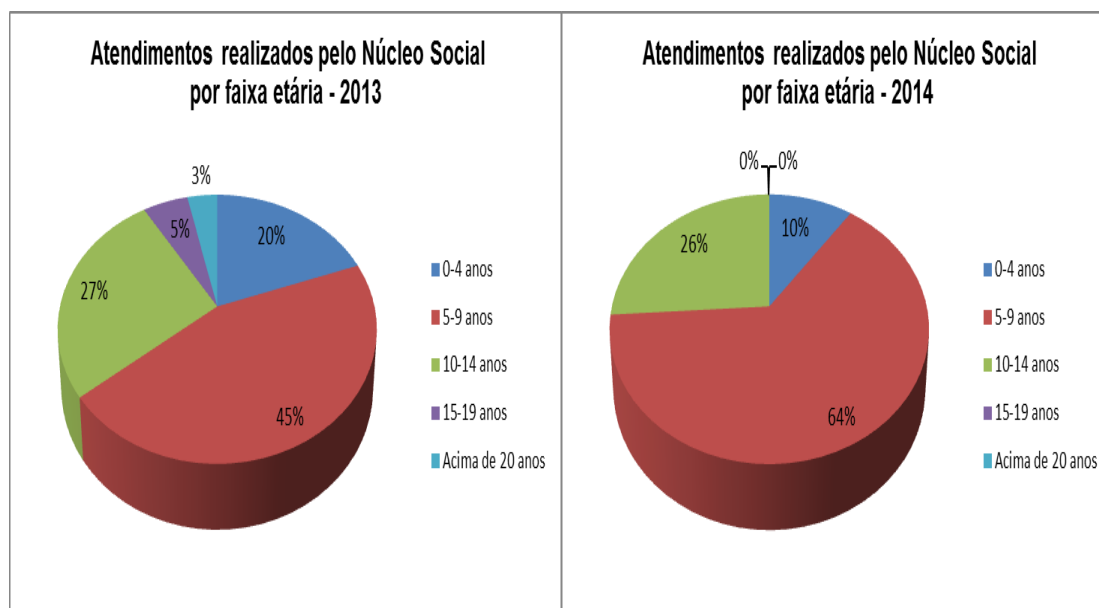
³² Isso é identificado pelo pesquisador por ter participado como estagiário no Núcleo Social no período de Setembro de 2013 a Setembro de 2015.

Gráfico n° 8 – Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por sexo

Fonte: Pesquisa realizada em consulta nos prontuários do Núcleo Social em Setembro de 2015

Pode-se observar que a quantidade de atendimento do sexo masculino (59%) em 2013 foi superior aos atendimentos do sexo feminino (41%), não sendo recorrente em 2014, onde o atendimento do sexo feminino foi superior (54%) contra (46%) em relação ao sexo masculino.

No que diz respeito à faixa etária das situações dos estudantes acompanhados pelo Núcleo, nota-se, que a maioria encontra-se na faixa de 5 a 9 anos, tanto em 2013 quanto em 2014, sendo que se ampliou consideravelmente em 2014. E houve redução significativa na faixa de 0 a 4 anos, o que em si poderia explicar o aumento na faixa seguinte. Como mostra o gráfico n°9.

Gráfico nº 9 - Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por faixa etária

Fonte: Pesquisa realizada em consulta nos prontuários do Núcleo Social em Setembro de 2015

Entretanto seria importante aprofundar os estudos sobre o tipo de queixas referentes à faixa de 05 a 9 anos em estudo posterior para melhor subsidiar a ação do Núcleo.

Ainda de acordo com a tabela, 27% dos atendimentos são realizados com crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, essa média teve uma suave diminuição em 2014 correspondendo a 26% dos atendimentos. Ficando essa faixa etária em segundo lugar nos atendimentos do Núcleo Social.

As crianças de 0 a 4 anos foram atendidas em 20% das solicitações de apoio técnico 2013 e no ano de 2014 foram registradas 10% das solicitações para essa faixa etária (houve a diminuição de 9,6%).

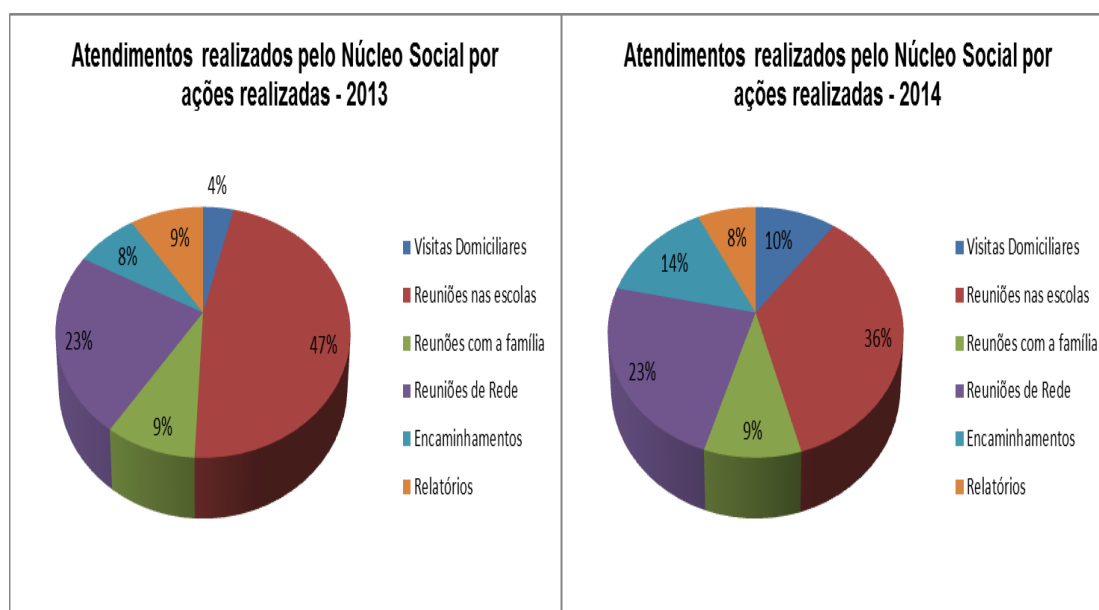
O atendimento com adolescente de 15 a 19 anos ocorreram em 5% em 2013, pessoas com a idade acima de 20 anos somaram 3% em 2013. No ano de 2014 não foram contabilizados dados na pesquisa para essas faixas etárias.

Portanto observa-se que as maiores ocorrências dizem respeito tanto a violência quanto a vulnerabilidade social atingindo ambos os sexos prioritariamente na faixa de 5 a 9 anos, o que mereceria um maior aprofundamento destas situações em pesquisa posterior.

4.2 Ações realizadas pelo Núcleo em 2013 e 2014

Entre as ações desenvolvidas pelo Núcleo, nota-se, que as reuniões na escola e reuniões de rede concentram as maiores atividades do Núcleo, tanto em 2013 quanto em 2014, o que revela que o seu trabalho concentra-se em orientação, encaminhamento e assessoria a comunidade escolar que se trata de um objetivo central da equipe, conforme o gráfico nº 10

Gráfico nº 10 - Atendimentos realizados pelo Núcleo Social por ações realizadas



Fonte: Pesquisa realizada em consulta nos prontuários do Núcleo Social em setembro de 2015

Analisando esses dados, observa-se que ocorreu o crescimento das ações da equipe nos itens: Visitas domiciliares de 4% em 2013 para 10% em 2014; encaminhamentos de 8% em 2013 para 14% em 2014. No caso do crescimento no número de visitas domiciliares como instrumento profissional, percebe-se a importância dada à realização dessa atividade, pois, permite potencializar o conhecimento do cotidiano vivido pelas famílias atendidas, possibilitando observar, conhecer e compreender a realidade.

Em relação às reuniões com as famílias, pode-se observar que mantiveram a porcentagem de 9% nos dois anos pesquisados. As reuniões com as famílias proporcionam uma aproximação com os sujeitos sociais, possibilitando conhecer suas necessidades e expectativas referentes ao trabalho da equipe para que em conjunto possam ser realizadas intervenções que atendam suas demandas.

As reuniões de Rede mantiveram a mesma porcentagem nos dois anos pesquisados 23,4%, demonstrando a participação da equipe do Núcleo Social nessas reuniões e expressando a importância do trabalho interdisciplinar e multiprofissional no enfrentamento das expressões da questão social que são atendidas pelas equipes da Rede de Proteção Social do município.

As reuniões nas escolas representaram 47% em 2013 no ano de 2014 foram realizadas em 36% dos atendimentos. Conforme indicado no terceiro capítulo, o Núcleo Social tem como objetivo desenvolver, com a participação da comunidade escolar, ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo educacional, e, por meio das reuniões nas escolas a equipe consegue (mesmo com equipe pequena), realizar a prestação de apoio técnico em formação e/ou na intermediação das relações institucionais e sociais das escolas da rede municipal e da rede conveniada do município de Diadema. Essas reuniões permitem fortalecer os vínculos entre profissionais (trabalho interdisciplinar) e potencializar os sujeitos sociais dentro do ambiente escolar.

Com relação a documentação do trabalho, os relatórios produzidos são representados por 9% dos atendimentos em 2013 e 8% em 2014. No caso da equipe do Núcleo Social, nessa categoria, são contabilizados os relatórios que foram solicitados por profissionais da Rede de Proteção do município, equipe escolares (diretores e/ou coordenadores pedagógicos) ou solicitados por órgãos municipais e que necessite de uma avaliação social das famílias atendidas pela equipe.

A contribuição do profissional através dos relatórios permite o conhecimento da realidade. Sendo realizado seguindo as competências da profissão, que permitem contribuir com as outras profissões envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desse trabalho permitiu uma aproximação o processo de construção da política de educação no Brasil e o início da implantação do serviço social na educação, sua operacionalização, dimensão e desafios.

Ao longo do processo histórico de construção da educação no Brasil e com o advento da implantação do sistema capitalista, identificamos que todas essas transformações sociais têm interferido no desenvolvimento da vida escolar de muitas crianças e adolescentes. Isso afetou no desenvolvimento da política de educação no país, que até o século XIX ocorreu de maneira sistemática e planejada, persistindo o dualismo escolar (divisão entre as classes) e o descuido com o ensino.

Podemos perceber que desde o início do século XX a relação entre o serviço social e o campo educacional teve como objetivo atender os alunos, no espaço escolar, com dificuldades (individuais ou familiares) que configuravam como problemas sociais, e os profissionais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social.

Após a década de 1930, onde a educação tem como base a formação de forças de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo, o Serviço Social tem no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social da Indústria), um campo de atuação profissional que se utiliza das técnicas de caso e grupo. A prevalência do sistema dual de ensino brasileiro, sempre separou (e separa) dois tipos de componentes: os de estratos médios e altos, com opção pelas escolas que “classificavam socialmente” (cursos de nível superior), e os de estratos populares, que optavam pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Este processo inevitavelmente, fez do sistema educacional um sistema de discriminação social.

No âmbito da categoria profissional dos assistentes sociais, houve uma demora em ser colocado em debate o Serviço Social na Educação (o que foi incluído como o tema na agenda de lutas somente a partir de 2000). Atualmente a discussão sobre Serviço Social na educação vem crescendo em todo o país, através de grupos de pesquisa e extensão, equipes e coletivos de profissionais com diferentes inserções no campo das políticas sociais, na organização de Fóruns e encontros acadêmicos e profissionais sobre a temática.

O Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social em suas múltiplas e diferenciadas expressões. No decorrer da história, as profundas mudanças na conjuntura do grupo familiar e da sociedade, como o papel da família na sociedade contemporânea, a função da escola na atualidade, as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas e as novas demandas inerentes ao cotidiano escolar, colocam aos profissionais desafios e possibilidades no âmbito da política de educação.

No ambiente escolar as manifestações da questão social se expressam de várias formas como: violência doméstica; relação escola/família; situação de preconceito no âmbito escolar; trabalho infantil; evasão escolar/número excessivo de faltas injustificadas; questões relacionadas ao uso de drogas e outras questões relacionadas ao território.

Com relação ao município da pesquisa, Diadema, é uma cidade jovem, com autonomia político-administrativa datada de 1959. A cidade teve um rápido e desordenado crescimento e a participação da população no modelo de gestão democrático popular, contribuíram para o avanço das políticas sociais no município. Compõe, com os demais municípios da região, o Grande ABCDMRR e Conta com 386.089 habitantes (IBGE: 2010), sendo 48,3% homens e 51,7% de mulheres. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é de 0,757, sendo considerado alto, o que demonstra aumento na qualidade de vida de sua população.

A pesquisa teve como objetivo conhecer como é realizado o trabalho da equipe do Núcleo Social na Secretaria de Educação de Diadema e sua atuação no enfrentamento das manifestações da questão social no ambiente escolar.

O trabalho no núcleo teve início em 1994 e passou por mudanças estruturais e de atuação profissional. A equipe foi reestruturada e as equipes reconfiguradas. Hoje, trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional, formada por três assistentes sociais, um estagiário de Serviço Social, dois psicólogos, uma pedagoga (Coordenadora da equipe) e uma agente administrativa. Percebe-se que pelo tamanho da população demandatária da política de Educação no município a quantidade de profissionais é insuficiente para dar respostas às demandas na sua totalidade.

A partir do presente estudo, verifica-se, de acordo com a pesquisa de campo, que é a equipe do Núcleo Social é acionada para atendimentos de situações que

envolvem categorias como: Vulnerabilidade social (30% em 2013 e 76% em 2014), negligência (18% em 2013, não aparecendo na pesquisa em 2014), violência (34% em 2013 e diminuição para 8% em 2015), saúde (12,5% em 2013 e 10% em 2014) entre outros. Vale ressaltar que embora separada por categorias, as mesmas se interpenetram, e, portanto, seria importante aprofundar o estudo das categorias, seus subitens (as várias categorias de violência, por exemplo), sua inter-relação e como elas se apresentam no cotidiano escolar e como essas categorias são entendidas e vivenciadas na relação entre professor e alunos (as).

Em relação ao atendimento por sexo a proporção entre homens e mulheres é equiparável, pois, em 2013 o maior atendimento foi do sexo masculino (59%) o que se inverte em 2014, com maior atendimento do sexo feminino (54%).

Os atendimentos realizados pela equipe do Núcleo Social na sua maioria são de crianças de 5 a 9 anos, em 2013 foram 44,6% e em 2014 foram 64% dos atendimentos. Ainda podemos observar que 26,8% dos atendimentos são realizados com crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, essa média teve uma suave diminuição em 2014 correspondendo a 26% dos atendimentos. As crianças de 0 a 4 anos foram atendidas em 19,6% das solicitações de apoio técnico 2013 e no ano de 2014 foram registradas 10% das solicitações para essa faixa etária (houve a diminuição de 9,6%). Em relação ao atendimento de adolescente de 15 a 19 anos, em 2013 ocorreram 5,4%. Já no atendimento de pessoas acima de 20 anos foram registrados 3,6% em 2013. No ano de 2014 não foram contabilizados dados na pesquisa para essas faixas etárias.

As ações realizadas pela equipe: Visitas domiciliares de 4% em 2013 para 10,3% em 2014; reuniões com a família de 8,6% em 2013 para 9,1% em 2014; encaminhamentos de 7,8% em 2013 para 14,3% em 2014.

As reuniões de Rede mantiveram a mesma porcentagem nos dois anos pesquisados 23,4%, demonstrando a participação da equipe do Núcleo Social nessas reuniões e expressando a importância do trabalho interdisciplinar e multiprofissional no enfrentamento das expressões da questão social que são atendidas pelas equipes da Rede de Proteção Social do município.

As reuniões nas escolas representaram 46,8% em 2013 no ano de 2014 foram realizadas em 35,5% dos atendimentos. A categoria relatórios produzidos são representados por 9,4% dos atendimentos em 2013 e 7,4% em 2014.

Diante dos dados, percebe-se que o trabalho do Núcleo Social tem buscado desenvolver, com a participação da comunidade escolar e profissionais da rede de serviços do município, ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo educacional, por meio da prestação de apoio técnico em formação e/ou na intermediação das relações institucionais e sociais das escolas da rede municipal da rede conveniada do município de Diadema.

No que diz respeito aos instrumentais utilizados pela equipe, o “prontuário online” auxilia na organização das informações referentes aos atendimentos realizados e agilidade nas consultas dos prontuários. Como sugestão, poderia ser desenvolvido um banco de dados para realizar a sistematização dos atendimentos realizados, o que proporcionaria melhoria no processo de avaliação e monitoramento do trabalho da equipe.

A pesquisa nos levou a perceber que o ambiente escolar se apresenta como favorável à produção e reprodução da vida social, isto implica em ter clareza de que na escola encontramos as expressões da questão social tais como: violência física, psicológica e sexual, problemas referentes à moradia, família, drogas, questões de gênero, desemprego, preconceitos entre outros.

Discutir sobre as ocorrências na sua imediatez aparecem como questões individuais, no entanto, ao serem aprofundadas elas revelam as múltiplas relações entre questões familiares, territoriais, condição de vida e existência dos sujeitos que tem impactos em toda a comunidade escolar.

Portanto, compreender que a inserção do assistente social na Política de Educação se faz necessária, tendo visão de totalidade da sociedade, buscando não apenas a garantia de direitos, como também a ampliação destes direitos, sendo capacitado para o enfrentamento das expressões da questão social em todas as áreas de atuação, inclusive na educação.

É importante observar que o desenvolvimento do trabalho do assistente social na educação não tem a intenção de substituir ações do ponto de vista pedagógico, campo do saber de professores e pedagogos. O assistente social em toda a sua trajetória deve desenvolver suas ações compondo uma equipe interdisciplinar, para discutir e proporcionar condições mais justas e de direito para a população na sua realidade. Estabelecer a relação com o usuário, comunidade, serviços da rede e assessoria da equipe escolar no que diz respeito às expressões da questão social e

seus rebatimentos no ambiente escolar e nas condições de aprendizagem dos estudantes.

A atuação do Núcleo Social busca ações que possibilitem a efetivação de políticas sociais que atenda a comunidade escolar em suas necessidades enquanto cidadãos de direitos. Tendo como fundamento básico os princípios da democracia, cidadania, justiça social, solidariedade e direitos humanos.

Paralelamente, cabe enfatizar que a atuação do assistente social na educação visa abranger não só o aluno, mas também a família, os professores, diretores, coordenadores pedagógicos e toda a comunidade escolar, com posicionamento crítico, atitude propositiva e compromisso na construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ATANÁZIO, Rosana Bandeira Ferreira. **Serviço Social na Educação: Ambiente de garantia de direitos nas escolas municipais da rede pública de ensino direta e indireta em Diadema**. 2014, 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Centro Universitário FMU. São Paulo, 2014. CD-ROM.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano de Diadema**, Atlas Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_diadema_sp>. Acesso em Dez.2015.
- AZEVEDO, M. A., & Guerra, V. N. A. (1998). **Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada**. São Paulo: LACRI/PSA/IPSUP.
- _____. AZEVEDO, M.; Guerra, V. N. A. **Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao Brasil**. São Paulo: Iglu. 1998
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. **Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- _____. **Lei 8.662/93 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. Ed. São Paulo, Cortez, 2010. (Biblioteca da Educação, Série 1. Escola); v.16.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1986.
- _____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.
- _____. **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.
- _____. **“Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”**, série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**/Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2003.

DIADEMA. **Caderno Introdutório: O movimento de reorientação curricular em Diadema**. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. São Paulo, 2007.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. **Topografia Social de Diadema**. São Paulo, 2009.

_____. Secretaria de Educação. **Plano de estágio do Serviço Social**, 2013.

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade e o Serviço Social**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte: CRESS 6ª. Regional, 2007.

IAMAMOTO, M.V. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15. Ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2003.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo demográfico 2010**. IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Tabuas Construídas e Projetadas**. IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/tabuadevida/2013/default.shtm>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

MARTINS, E.B.C. **Educação e Serviço Social: Elo para construção da cidadania**. 2007. 267f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2007.

_____. **Seminário Estadual de Serviço Social na Educação**. Minas Gerais, Março 2012.

_____. **Reflexões sobre o trabalho do Assistente Social na educação básica (educação infantil e ensino fundamental)**. XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Águas de Lindóia - São Paulo, 2013. CD-ROM.


MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

- NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira 500 anos de História: 1500 – 2000**. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório Mundial de Saúde**. World Health Organization. Disponível em: <<http://www.who.int>>. Acesso em: Out. 2015.
- PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam**. In: Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, 182 p. 182-206, 2009.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A organização escolar**. 12. Ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992. (Coleção Educação Contemporânea).
- SANTOS, André Michel dos. **Serviço Social na Educação: Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da gestão escolar**, In: Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades / (orgs.) Glaucia Martins Schneider e Maria do Carmo A. Hernandorena, Porto Alegre: CMC, 2012.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: Resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de ruptura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, M.M.J. **O Lugar do Serviço Social na Educação**. In: Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades / (orgs.) Glaucia Martins Schneider e Maria do Carmo A. Hernandorena, Porto Alegre: CMC, 2012.
- SOUZA, S.T. **Políticas Públicas de Alfabetização de Jovens e adultos: Reflexões sobre a experiência brasileira**. In: IV Simpósio Internacional, Uberlândia – Minas Gerais, 2008. CD-ROM.
- VELLASQUEZ, Fabrícia. **Desatando os NÓS: uma experiência do Serviço Social na área da Educação e da Cultura**. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2011.
- VOLIC e BAPTISTA. Catarina e Myrian Veras. **“Aproximação ao conceito de negligência”**. In: Serviço Social e Sociedade, n.º83, São Paulo, Cortez, 2005.
- WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2014 os Jovens do Brasil**, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/juventude>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo, Ática, 1994.

Assinatura do(a) diretor(a)

Anexo B – Solicitação de Apoio Técnico do Núcleo Social

	<p>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Rua Guaricica, 45 - V. São José - Diadema - CEP: 09950-540 Núcleo Social – Fone: 4072-7072 / 4072-7001</p>
SOLICITAÇÃO DE APOIO TÉCNICO DO NÚCLEO SOCIAL	
R.E. <small>(uso exclusivo do Núcleo Social)</small>	Entrada: _____ R.A. _____
EMEB / EMEE: _____	
ALUNO (A): _____	
DATA NASC.: _____	FASE/ANO: _____
PERÍODO: _____	PROFESSORA: _____
PARTICIPA DO "MAIS EDUCAÇÃO"?	
() SIM () Não	
ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____	
BAIRRO: _____	PONTO DE REFERÊNCIA: _____
TELEFONES: _____	RES.: _____ CEL.: _____ RECADO.: _____
RESIDE COM: _____	() PAIS () AVÓS () OUTRO: _____
MÃE: _____	
PAI: _____	
RESPONSÁVEL: _____	
A CRIANÇA É ATENDIDA POR ALGUM SERVIÇO DA REDE?	
() UBS - QUAL? _____ MATRÍCULA: _____	
() CRAS - QUAL? _____	
() CONVÊNIO MÉDICO - QUAL? _____	
() CAIS - APOIO / ESTIMULAÇÃO - PROFESSOR	HORÁRIO: _____
() CAIS - ITINERÂNCIA - PROFESSOR	_____
() ESTAGIÁRIO / PROFESSOR SUPLEMENTAR	_____
() OUTROS SERVIÇOS	_____
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO: (Anexar relatório com descrição detalhada do caso):	

_____	_____
ASSINATURA DIREÇÃO	NÚCLEO SOCIAL

Anexo C - Carta aceite da instituição



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Rua Guaricica, 45 – Vila São José – Diadema – CEP: 09950-540
Telefones: 4072-7003/7072

Diadema, 14 de Maio de 2015.

Autorizo **Douglas Alves dos Santos**, aluno do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP Campus Baixada Santista, realizar na Secretaria de Educação e escolas municipais de Diadema, o projeto de pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“As manifestações da Questão Social nas escolas municipais de Diadema: em análise o trabalho do Núcleo Social”**.

Por fim, reitero que a pesquisa deverá ser efetuada de acordo com os padrões éticos e em caráter sigiloso, não implicando qualquer ônus para a Secretaria de Educação de Diadema, que não deverá ser responsabilizada pelo desenvolvimento e execução da pesquisa, bem como deverá ter sua identidade preservada.

Cabe ressaltar, que a autorização condiciona a devolutiva do estudo a ser pesquisado à Secretaria de Educação e aos trabalhadores das escolas municipais participantes da pesquisa.



Tânia Guizardi Plassa
Coordenadora do Núcleo Social
Secretaria de Educação de Diadema

prov. 906.885
